

# 1

---

## Introdução

Os estudos sobre a cidade e o espaço urbano em Moçambique (ex.: Lopes, Araújo e Hermind 1995; Araújo 2003; entre outros) sempre deram ênfase à descrição geográfica, inferência indutiva e à análise dedutiva. Como tal, esses estudos circunscrevem-se à elaboração de mapas e de modelos, e à análise detalhada das características físico-ambientais e funcionais da cidade, mais do que na explicação do *como* e do *por que* do surgimento de características particulares na cidade. As características e a complexidade da natureza dos processos urbanos que têm decorrido em Moçambique, desde o período colonial, e que diferenciam as cidades moçambicanas das europeias (e de outras regiões do mundo), mostram como esta tendência não explorou muito os principais factores responsáveis pela estrutura e forma urbanas.<sup>1</sup>

O desenvolvimento dos métodos dedutivos nos anos 50, referido por Davies (1972), citado por Clark (1982), como uma revolução conceptual, ocorreu como tentativa metodológica para superar a abordagem descritiva e indutiva baseada na colecta sistemática de dados empíricos. A via dedutiva assenta, fundamentalmente, na construção de modelos: "representações idealizadas da realidade que demonstram ou resumem algumas das suas características". Os modelos induzem generalizações elementares sobre o mundo real, as quais podem ser extensas e refinadas através de testes e reformulações, assim como podem também permitir explanações gerais. Desde os anos 60 – como referem Chorley e Hagget (1967), citados por Clark (1982) - a construção de modelos foi amplamente adoptada na geografia urbana, em particular nos estudos das localizações e da estrutura social e espacial das cidades. Como adiante se verá, esta abordagem metodológica ainda prevalece nos estudos urbanos e na geografia urbana<sup>2</sup> em Moçambique.

A aplicação da construção de modelos nos estudos sobre a cidade, em Moçambique, é acompanhada, simultaneamente, por uma análise da estrutura

interna das cidades tradicionalmente restrita ao estudo da morfologia urbana – uma abordagem que ainda é inspirada nos trabalhos da Escola de Chicago, nas teorias da Ecologia Humana, em particular.

As análises expostas neste trabalho visam encontrar outros subsídios teórico-metodológicos que permitam superar as abordagens sócio-espaciais acima referidas, aqui consideradas como clássicas e convencionais, porque não permitem avançar mais na compreensão dos processos urbanos vigentes em Moçambique. Torna-se, pois, preocupante que no ensino e na pesquisa sobre temas urbanos, os modelos espaciais dêem mais destaque aos comportamentos normativos e à análise dos padrões urbanos e não expliquem como e porquê determinadas características, construídas a partir dessa abordagem, - heterogeneidades, justaposições, dualidades, ruralidades – surgem na cidade. Assim, parece que as actividades e os padrões de uso do solo, habitualmente descritos, acontecem num contexto em que todos os habitantes da cidade têm uma informação completa e compreensiva sobre as circunstâncias que afectavam a sua vida quotidiana.

As abordagens teóricas e metodológicas avançadas por David Harvey e Henri Lefebvre, inspiradas na obra de Karl Marx, adoptadas neste estudo, permitem compreender que, apesar da validade descritiva dos procedimentos analíticos vigentes, na geografia urbana em Moçambique, o estudo da estrutura da cidade requer o exame dos processos que produzem esse fenómeno espacial – incluída aí, a análise do papel do Estado e do capital, das interacções entre indivíduos e grupos de indivíduos com diferentes interesses e objectivos. Como corolário, a análise da estrutura urbana como produto dos processos e das relações vigentes no modo de produção capitalista.

Este trabalho expõe uma reflexão teórico-metodológica que analisa o espaço urbano vinculado aos processos de reprodução das relações sociais. Os elementos empíricos que sustentam as reflexões foram obtidos das observações e da análise das variações espaciais manifestadas na paisagem urbana e dos momentos da vida quotidiana na cidade de Nampula. A partir daí, argumenta-se que a (re)produção da sociedade ocorre de modo sincrónico e retroactivo com a (re)produção do espaço.

### **Metodologia**

O estudo da lógica e das propriedades formais do espaço urbano - como contradição concreta - leva à análise dialéctica das suas contradições. A forma do espaço urbano evoca e provoca em si processos de concentração e de dispersão. A reflexão sobre o fenómeno urbano visa recuperar os conceitos centrais da realidade industrial e perceber um espaço-tempo renovado - urbano

- que "aparece como diferencial - onde cada momento passa a ter existência num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o. Trata-se de um espaço-tempo definido por propriedades unitárias e duais"; propriedades definidas por isotopias - lugares com a mesma função - e heterotopias - lugares muito diferentes uns em relação a outros e que evocam o outro (e mesmo pela utopia). Desse modo, a topologia urbana, a classificação (isoheterotopias), como procedimento analítico permite conhecer um aspecto da realidade urbana, realidade que se revela profunda (Lefebvre 1990:163).

A complexidade do fenómeno urbano requer uma passagem da fenomenologia à análise e da lógica à dialéctica. Os métodos descritivos - descrição fenomenológica e empírica - evidenciam alguns aspectos e traços do fenómeno urbano, mas não alcançam determinadas relações sociais aparentemente abstractas em relação ao imediato. No entanto, esses métodos são usados neste estudo porque permitem, segundo Lefebvre (1990), abordar o fenómeno urbano a partir das propriedades formais do espaço para posteriormente estudar as contradições do espaço e os seus conteúdos, quer dizer, empregar o método dialéctico.

O cerne metodológico da pesquisa consistiu fundamentalmente: (a) na análise regressiva - baseada na busca do passado da realidade presente, através de fontes escritas, para esclarecer o passado a partir do presente e clarificar o presente em si e; (b) na análise progressiva cujo procedimento envolveu a volta ao presente a partir das suas múltiplas e complexas condições com vista a obter uma análise explicativa da realidade presente. Deste modo, pretendeu-se compreender, elucidar e explicar as modificações resultantes do desenvolvimento interno e externo da realidade urbana e da sua subordinação a estruturas conjunturais.

### **A pesquisa de campo**

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos complementares. O primeiro consistiu na recolha de informações a partir de fontes secundárias (documentos, relatórios, entre outras). O segundo momento - o da aplicação de entrevistas e da observação directa - teve como objectivo a captação de alguns momentos da vida quotidiana (trabalho, habitação, lazer, festa); as relações dos actores com a cidade e nos espaços de moradia; e as transformações espaciais resultantes da prática sócio-espacial.

A cidade de Nampula está dividida em 18 bairros distribuídos por seis Postos Administrativos. A pesquisa deu uma grande relevância às práticas sócio-espaciais que levam ao surgimento de desigualdades no espaço urbano. Sendo

assim, as observações de terreno foram realizadas nos 12 bairros considerados suburbanos e/ou periféricos e, para efeitos de comparação, em quatro dos seis bairros do núcleo central. Desde modo, foram entrevistados 300 membros/representantes de agregados familiares distribuídos por 16 bairros. Os entrevistados foram seleccionados em bola de neve, onde cada entrevistador escolhia ao acaso o agregado familiar a entrevistar, mas devia garantir um equilíbrio no número de mulheres e homens. Igualmente, foram entrevistados representantes de Órgãos do Conselho Municipal, Direcções de Educação, Saúde, Acção Social, Indústria e Comércio, do Turismo, das Obras Públicas e Habitação, do Trabalho, Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água e representantes do Comité de Desenvolvimento Sustentável Urbano na cidade de Nampula.

A obtenção de informação nem sempre decorreu da forma desejada. Em alguns casos surgiram impedimentos relacionados com procedimentos burocráticos que se manifestavam essencialmente na ausência dos representantes das instituições ou na necessidade de autorização dos superiores hierárquicos das instituições contactadas, mesmo perante a apresentação de credencial. Há também a assinalar a inexistência de informação adequada documentada. Apesar destes constrangimentos, considerou-se que os resultados obtidos e analisados de forma qualitativa são pertinentes para a análise das tendências espaciais na cidade de Nampula, numa primeira fase, referindo-se, por isso, a necessidade de um aprofundamento posterior. No entanto, o propósito aqui consiste em fazer uma exposição que explique e elucide as principais tendências da produção do espaço urbano.

#### **Notas de referência**

- 1 Apesar do consenso comum de que o modelo actual de cidade em Moçambique, como na África negra, é resultado da colonização e, por isso, constituem estruturas de processos alógenos.
- 2 A geografia urbana em Moçambique é, ainda, influenciada de certa maneira pelas abordagens teórico-metodológicas avançadas por Pierre George, Milton Santos e por alguns autores da geografia inglesa.

# 2

---

## Urbanização dependente

O estudo da urbanização dos países subdesenvolvidos ou do Terceiro Mundo requer uma análise do próprio processo de subdesenvolvimento – um processo inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois, segundo Castells (1979), o subdesenvolvimento resulta da “expansão do modo de produção capitalista em que distintas formações sociais cumprem funções diferentes e possuem características peculiares correspondentes à estas funções e à sua forma de articulação”. Trata-se, portanto, de um efeito que se desdobra na inserção diferencial dos países numa estrutura que se expande superando fronteiras institucionais e que gira em torno de relações de dominação e dependência no que concerne ao desenvolvimento. Assim, o subdesenvolvimento é uma expressão da dependência na própria estrutura interna das sociedades, no sistema produtivo e nas relações de classe dos países do Terceiro Mundo. Por isso, a urbanização dependente reflecte a ligação da dinâmica social, já esboçada, com o espaço (urbano) produzido; ou seja, trata-se da configuração espacial resultante da penetração do modo de produção capitalista, historicamente formado nos países ditos ocidentais, nas outras formações sociais com diferentes níveis de desenvolvimento técnico, social e cultural (Castells 1979: 54-55) – como foi o caso das sociedades da África Negra.

Em África, e especificamente em Moçambique, o sistema de dominação estabeleceu-se sobre cidades criadas, na sua maioria, a partir de centros de serviços que mantinham uma estreita ligação, económica e política, com a metrópole colonial. Grande parte das actuais cidades moçambicanas, não só resultaram de antigos centros de negócios no contexto da economia mercantil, mas também e fundamentalmente, de antigos centros portuários. A função principal dos antigos centros de negócios era promover o consumo de artigos manufacturados da metrópole, enquanto os centros portuários se ocupavam

da exportação de matérias-primas para a metrópole portuguesa. Nesse contexto Castells (1979) refere que se tratava de:

[...] *centros de negócios* directamente ligados às metrópoles coloniais – daí a inexistência de uma rede urbana de interdependências funcionais no espaço nacional -, escalas nas rotas comerciais (e, portanto, quase sempre um porto) e centros comerciais para o consumo interior. São as *gateways cities*, forma urbana da economia de tráfico, princípio de integração subordinada de uma burocracia comerciante local com os negociantes imperialistas e soldados encarregados pela sua protecção (Castells 1979: 57).

Mais tarde, as cidades assumiram funções predominantemente administrativas – como centros urbanos que reproduziam as cidades da metrópole. Desse modo, o desenvolvimento e a expansão do modo de produção capitalista e o aumento do ritmo da industrialização foram influenciando a configuração social e espacial das sociedades dominadas. Trata-se, antes, do impacto do processo de industrialização através de uma relação de dependência específica. O ritmo e as formas do crescimento das cidades nos países dependentes, como Moçambique, espelham a articulação das relações económicas e políticas – relações de dominação colonial, capitalista-comercial e imperialista e financeira.

Depois da independência de Moçambique em 1975, a dominação colonial por parte da metrópole portuguesa deixou de influenciar, pelo menos de forma directa, as políticas de desenvolvimento territorial do país. A adopção do modelo de desenvolvimento socialista introduziu novas singularidades nas relações sociedade-espço.

Mesmo considerando que Moçambique se encontrava numa fase transitória para uma formação social com um modelo de desenvolvimento socialista, admite-se que a propriedade privada dos meios de produção fora extinta e deixara de ser o elemento estrutural da sociedade; o mercado tornou-se elemento não regulador da economia nacional e, como tal, não tinha influência directa no processo de urbanização como ocorria durante o período colonial. Ocorreu, portanto, o que Castells (1979) refere como um deslocamento do sistema dominante em que o político tomou o lugar do económico; onde o factor principal da organização social era o Estado, e através deste, o partido político no poder.<sup>1</sup> Desde modo, o desenvolvimento urbano em Moçambique começou a ser determinado pela primazia do político e a sua predominância em relação à economia. Ora, a política de desenvolvimento socio-económico adoptada pelo Estado socialista priorizava o desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, a nova orientação económica sustentava que a agricultura era a base e a indústria um factor dinamizador da economia nacional e, por isso,

estimulava investimentos preferenciais na agricultura e no meio rural. Paralelamente, foi lançado o projecto das aldeias comunais<sup>2</sup> que tinha por objectivo reduzir as diferenças entre a cidade e o campo. No entanto, as poucas experiências de aldeias comunais apenas permaneceram lá onde os solos permitiam o cultivo agrícola, provavelmente, como centros que reproduziam a sociabilidade rural mais do que centros com infra-estruturas de uso colectivo<sup>3</sup>. Na sua maioria, as aldeias comunais ou não se desenvolveram porque foram estabelecidas em espaços onde os solos não eram suficientemente férteis para a produção agrícola ou foram destruídas durante o conflito armado que deflagrou nos anos seguintes à independência nacional.<sup>4</sup> Refira-se que, e como aponta Castells (1979), as diferenças entre a cidade e o campo estão baseadas na subordinação económica da agricultura à indústria e o restabelecimento do equilíbrio entre os dois sectores é antes um processo económico e social mais do que espacial.<sup>5</sup>

A fusão entre a cidade e o campo ocorreu no meio urbano pois apesar dos investimentos quase nulos no desenvolvimento das cidades, estas continuaram a receber incrementos de população rural quer como resultado das diferenças de desenvolvimento, quer pela insegurança no campo provocada pela propagação do conflito armado nos anos 80.

Em Moçambique, as décadas de 70, 80 e 90 foram caracterizadas pela ocorrência de factores conjunturais adversos (guerra colonial, guerra civil e calamidades naturais) que alteraram o desenvolvimento normal da distribuição territorial da população a partir dos centros urbanos. Este fenómeno [...] inverteu o sentido da expansão urbana, com todas as consequências sociais, económicas e ambientais daí decorrentes. Isto sucedeu porque os factores conjunturais referidos tornaram o meio rural extremamente repulsivo e os espaços urbanos e urbanizados adquiriram valores atractivos [...] (Araújo 2003:168).

Até 1986 o movimento da população alterava os modelos clássicos de desenvolvimento urbano. O crescimento urbano ao invés de ocorrer à custa do espaço peri-urbano, a periferia avançava em direcção ao centro, conferindo a este características marcantes de suburbanização e de ruralização – um fenómeno designado por implosão urbana actualmente muito frequente em África (op. cit: 169). A partir de 1986 o Estado decreta a inclusão de áreas rurais circunvizinhas – porque produziam alimentos para os mercados urbanos – dentro dos limites administrativos das cidades; isso provavelmente inspirado na experiência soviética das agro-cidades. É assim que, segundo Araújo (2003):

[Outro factor] que em África tem tido implicações directas no processo urbano é aquele que diferentes autores designam por *reclassificação urbana*. Esta consiste no aumento, por *decreto*, da área das cidades, alterando os seus limites administrativos, com o argumento de que a cidade necessita de novas áreas de expansão (Araújo 2003:169).

O fenómeno da reclassificação urbana, cujos objectivos carecem de investigação, não só atribui novas especificidades ao processo urbano em Moçambique, como introduz, administrativamente, áreas com características sociais, económicas e culturais rurais dentro dos limites dos centros urbanos. É neste contexto que as cidades em Moçambique combinam a forma dispersa de ocupação do solo, característica do meio rural, e a forma concentrada específica do meio urbano – constituindo, por essa via, uma entidade contraditória.

Na realidade, as áreas peri-urbanas das cidades moçambicanas, administrativamente consideradas espaços urbanos, são cinturas de território onde as características da sociedade rural se misturam com formas económico-sócio-culturais urbanas. Em vários bairros desta cintura peri-urbana, a maioria dos seus habitantes sobrevive da actividade agrícola familiar, tal como sucedia nas áreas rurais de origem, assim como o tipo de habitação é semelhante àquele que tinham no campo (Araújo 2003:168).

Desse modo, e como refere Araújo 2003, as áreas peri-urbanas funcionam como espaços onde a população imigrante constrói residência transitória no seu percurso pela procura de inserção na economia urbana; também, são espaços procurados pela população com alto poder aquisitivo e vivendo no centro da cidade para fixação de uma segunda ou terceira residência – num processo não isento de conflitos de posse de terra. Essas áreas funcionam ainda como reservas para expansão urbana planificada, mas também são utilizadas pelo Estado para o reassentamento de população retirada de áreas consideradas impróprias para habitação ou sujeitas às intervenções planificadas.

Em 1987, o Estado abandona o modelo de desenvolvimento socialista. A partir de 1992, as políticas de desenvolvimento sócio-económico passam a ser inspiradas, de forma explícita, no modelo liberal com a sua vertente comumente referida como economia de mercado. O novo contexto sócio-económico começou a alterar as dinâmicas de crescimento urbano “voltando a aproximar-se dos modelos mais clássicos, onde o poder do capital e a especulação fundiária urbana retomam o seu lugar determinante e perverso para os grupos mais desfavorecidos” (Araújo 2003: 169). Contudo, a falta de investimentos nas infra-estruturas e serviços urbanos, que as cidades experimentaram depois da independência nacional, aliada à falta de políticas



explícitas de desenvolvimento urbano levou não apenas à degradação das condições existentes como não estimulou um crescimento urbano que mitigasse as demandas do crescimento populacional.

### **A cidade de Nampula**

A cidade de Nampula localiza-se na região norte da República de Moçambique.<sup>6</sup> Actualmente é a capital da província de Nampula. Administrativamente, a cidade constitui-se como um distrito municipal<sup>7</sup> que contém dentro dos seus limites áreas rurais - o que coloca elementos para uma análise das relações cidade-campo.

Historicamente, a cidade de Nampula tem a sua origem ligada à construção de um posto militar<sup>8</sup> por uma expedição da armada portuguesa por volta de 1907.<sup>9</sup> O posto militar passara a funcionar como sede da capitania e centro da expansão colonial portuguesa para toda a região norte de Moçambique. A fixação definitiva da administração colonial ocorreu por volta de 1930, quando a linha férrea, construída a partir de Lumbo, atingiu a localidade de Nampula, depois da Primeira Guerra Mundial. Em finais de 1934, a localidade de Nampula passou a ter o estatuto de *vila*<sup>10</sup> e:

Um ano depois (1935), a vila de Nampula passa a ser a capital do território do Niassa, que abrangia o território das actuais províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Nessa altura, devido à sua importância e ao território que administrava, instala-se na vila o 1º Governador, os Serviços de Administração Civil, os Serviços de Obras Públicas, de Agricultura, de Agrimensura, de Indústria e Geologia, de Saúde, de Instrução, de Veterinária e os Correios e Telégrafos, entre outros.

A 4 de Setembro de 1940 é criada a diocese de Nampula, dando-se início a uma intensa ocupação missionária. Impulsiona-se o ensino secundário com a abertura dos 2 primeiros colégios/liceus, seguidos da escola técnica elementar. Por esta altura é criada a comarca de Nampula, cortando com toda a dependência administrativa em relação a Ilha de Moçambique.

Em 26 de Agosto de 1956 a vila de Nampula é elevada à categoria de cidade, com a denominação de *Cidade de Nampula*. (Lopes, Araújo e Herminde 1995: 8).

Portanto, para compreender a cidade de Nampula torna-se necessário entender uma história territorial que revela uma estreita relação da cidade com um espaço mais amplo, pois, desde a sua origem, a cidade de Nampula sempre teve uma importância estratégica, política e económica em relação aos territórios do interior e norte do país - o que lhe vale o estatuto de *capital do Norte*<sup>11</sup>. Porque a cidade é atravessada

## Reflexões sobre o Espaço Urbano: a cidade de Nampula

[...] pelos mais importantes eixos de comunicação do Norte do País, o que [...] confere [...] um papel de relevo como centro de ligação entre todos os pontos do território a Norte do Zambeze.

Na realidade, por aqui passa o *corredor de Nacala* que, através duma importante via ferroviária e rodoviária, liga o porto de Nacala com o interior do país e com o Malawi. Também o eixo rodoviário Centro/Nordeste, de importância vital para o desenvolvimento a norte do Zambeze, cruza o distrito e cidade de Nampula, daqui continuando para nordeste, em direcção a Cabo Delgado, e ramificando-se para este e oeste, em direcção ao litoral e ao Niassa (Lopes, Araújo e Hermind 1995: 6-7).

A centralidade da cidade de Nampula dentro da região norte de Moçambique pode ser apreendida, também, através da mobilidade populacional. Segundo os dados do censo populacional de 1997, a cidade de Nampula tem uma população de 303.500 habitantes distribuídos por 18 bairros. Em 1980, a cidade tinha um total de 145.722 habitantes (vide tabela). O aumento da população pode ser explicado não apenas pelo crescimento natural da população urbana, mas também pelas contribuições demográficas resultantes da migração rural-urbana - provocada pelas diferenças de desenvolvimento entre o campo e a cidade e pela insegurança, no meio rural, provocada pelo conflito armado (que forçou a migração da população rural para a cidade em busca de segurança) - ; dos movimentos migratórios da população a partir dos distritos e de outras províncias do país; assim como da reclassificação de áreas rurais em urbanas que passou a ocorrer a partir de 1980.

### População residente na cidade de Nampula e no país (1970-1997)

Anos	População (mil habitantes)				Crescimento médio anual (%)		
	1970	1980	1991	1997	1970-80	1980-91	1991-97
Cidade de Nampula	23.072	145.772	232.670	303.346	20,2	4,3	4,5
País	207.600	1.555.342	2.550.236	3.060.602	22,3	4,6	3,1

Fonte: Araújo 2003:172.

Em 1970, cerca de 40 por cento da população residente nas cidades em Moçambique era estrangeira – constituída por colonos que ocupavam o centro urbanizado das cidades e alguns bairros periféricos construídos para a classe com menos recursos económicos (operários e funcionários públicos). Depois da independência nacional, a maior parte dos colonos abandonou o país e as cidades foram ocupadas por população moçambicana (ou nativa) vinda dos subúrbios e do campo circundante. Como resultado, a população na cidade de Nampula aumentou cerca de seis vezes, tendo um crescimento médio anual de cerca de 20 por cento (próxima à média do país). Durante este período a cidade de Nampula, como as restantes do país, manteve o mesmo número de infra-estruturas residenciais e o mesmo tamanho de serviços urbanos. Como tal, foi sintomática a densificação da ocupação das unidades residenciais assim como a intensificação do uso das infra-estruturas e serviços urbanos existentes (Araújo 2003:174).

Estimando que o crescimento natural da população tenha pouca influência, o aumento da população na cidade entre 1980 e 1991 deveu-se, em grande medida, à migração campo-cidade exacerbada pelo conflito armado terminado em 1992. Neste período, a população abandonou o meio rural, fustigado pela guerra, e refugiou-se na cidade à procura de segurança (op. cit.). No período seguinte, o aumento populacional estaria relacionado com a reclassificação das áreas rurais, mas também com outros factores ainda não estudados.

### Notas de referência

- 1 Depois da Independência de Moçambique o poder do Estado socialista era exercido através do partido FRELIMO, antigo braço armado da Luta pela Independência, ainda hoje no poder.
- 2 Designação dos assentamentos humanos rurais concebidos segundo a experiência das chamadas *zonas libertadas* – pequenas aldeias relativamente autónomas que serviam de apoio à FRELIMO durante a luta pela Independência.
- 3 Ver sobre este assunto em Araújo (1988).
- 4 Presumivelmente as aldeias foram destruídas porque alegadamente promoviam um modelo de vida supostamente inspirado no comunismo – sistema combatido pelos rebeldes.
- 5 Mas é necessário acrescentar que o espaço, aqui colocado com um papel passivo, não é um mero receptáculo dos processos económicos e sociais.
- 6 A República de Moçambique localiza-se na região austral do continente africano e faz parte duma região mais vasta correntemente designada África negra. O país faz fronteira com a África do Sul e a Suazilândia ao sul e oeste – e com o Zimbábwe; ao norte com a Zâmbia, o Malawi e a Tanzânia; a Este o país é banhado pelo Oceano Índico (Figura 1: anexo 1). A constituição de Moçambique como Estado ocorre depois da independência político-administrativa em Junho de 1975 – que põe fim

## Reflexões sobre o Espaço Urbano: a cidade de Nampula

---

- a um longo período de colonização portuguesa. Actualmente, o país, cuja capital nacional é Maputo, tem uma divisão administrativa hierarquicamente composta por províncias, distritos, localidades e postos administrativos.
- 7 Como princípio geral, os principais centros urbanos passaram a designar-se municípios. Essas unidades administrativas diluíram os limites da cidade ao incorporarem áreas rurais no seu interior.
  - 8 O posto militar foi construído no centro de um assentamento populacional sob tutela de uma autoridade tribal local posteriormente designada, pela administração colonial, por régulo Nampula. A autoridade tradicional teria constituído, portanto, uma centralidade local antes da colonização.
  - 9 A primeira penetração portuguesa no território da [actual] província de Nampula remonta a 1896, com o objectivo de ocupar e colonizar os reinos [locais] da Macuana, Marusa e Mongole. Nesta primeira penetração colonial foram fundados, em 1897, três postos administrativos entre eles o de Itoculo, a cerca de 50 km do litoral, que servia como sede de capitania. (Lopes, Araújo e Hermind 1995:7).
  - 10 Antes Nampula tornara-se a sede de um dos 15 comandos militares – o da Macuana – criados em 1917 com a extinção das antigas capitánias. A criação dos postos militares decorreu da necessidade de imposição pela força devido à forte resistência dos reinos locais à penetração colonial.
  - 11 Designação que decorre da centralidade da cidade de Nampula na região norte do país.

# 3

---

## O espaço urbano

As descrições expostas sobre a urbanização em Moçambique mostram que os espaços urbanos actuais reproduzem a configuração da cidade colonial – uma paisagem urbana que, segundo a análise convencional, teria uma característica dual, ou ainda, que existem duas ou mais cidades dentro da mesma cidade! – no que se refere às diferenças espaciais produzidas pela prática sócio-espacial urbana. Nesse contexto, e a partir de modelos estrutural-funcionalistas, Araújo (2003) argumenta que:

As transformações ocorridas nestes espaços depois da independência nacional não eliminaram a dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica [...]. A *cidade de cimento* mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser *branca*, mas não deixou de segregar a área suburbana (a *cidade de caniço*). Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precariedade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios [...]. (Araújo 2003:169)

O modelo proposto por Araújo (2003) para as cidades em Moçambique é constituído por três manchas circulares concêntricas distintas – onde a terceira mancha resultaria da subdivisão da “antiga cidade de caniço” em dois anéis: o primeiro com características da antiga cidade de caniço, mas onde o caniço começa a ser substituído por cimento e; o segundo resultante do aumento da área administrativa da cidade (incluída aí a reclassificação das áreas rurais) e que comporta elementos de ruralidade. A análise refere que “as condições de urbanização e sócio-económicas se degradam do centro para a periferia” (Araújo 2003:170).

A abordagem de Araújo (2003) sobre os espaços urbanos em Moçambique – a qual deriva da suposição de que a cidade conteria duas ou mais cidades – e os modelos daí produzidos têm a sua relevância descritiva; no entanto, não permite apreender que as variações espaciais no meio urbano reflectem as desigualdades e contradições vigentes na sociedade moçambicana.

A dualidade espacial tem que ser entendida como resultado de práticas sócio-espaciais que emanam da penetração de uma sociedade e economia mercantil e industrial europeia numa sociedade com economia, predominantemente, agrícola africana. Daí que os dois ou três anéis, no modelo de Araújo (2003), constituem áreas articuladas – inseridas diferencialmente no espaço globalizante, a cidade, por meio de estratégias de inclusão/exclusão, segregação social, diferenciação funcional e residencial –, segundo a hipótese deste trabalho, para a reprodução das relações sociais vigentes numa sociedade em que as desigualdades sociais estão baseadas na unidade entre o poder político e a riqueza: determinantes do acesso aos recursos e da estratificação social.

O modelo dos anéis concêntricos, proposto por Araújo (2003), apesar de descrever áreas com base nas diferenças produzidas pela composição da população, ocupação ou actividade económica, qualidade de vida, tipo e qualidade de habitação, não explica como e por que tais diferenças surgem no espaço. A impressão é que os habitantes da cidade agem de maneira autónoma, segundo suas vontades e têm um controle sobre as imposições da vida quotidiana a que estão sujeitos – aí as diferenças espaciais na cidade aparecem como produto ou do comportamento autónomo dos indivíduos ou duma força impessoal.

A reflexão aponta para a compreensão das diferenças espaciais, e não da dualidade, a partir de uma análise dialéctica em que para além das formas e conteúdos entram em foco as lógicas que integram e conformam as variações espaciais, pois as diferentes áreas descritas encontram-se articuladas numa mesma lógica – aquela da acumulação de riqueza e de capital e, consequentemente, da reprodução das relações sociais vigentes.

A expansão urbana actual tende para a redução da antiga oposição cidade-campo, produzindo um composto rural-urbano. Assim, as categorias clássicas de descrição e análise urbanas encontram aí, ao que parece, o seu limite. Nesse contexto, a aplicação de critérios morfológicos, funcionais ou sócio-culturais, na análise da cidade não permite apreender o fenómeno urbano na sua totalidade, pois a cidade enquanto lugar da reprodução da vida está em relação, maior ou menor, com o espaço que a entorna, com outras cidades e eventualmente com outros espaços longínquos. Urge, portanto, a necessidade de um plano de análise em que a cidade não seja reduzida aos objectos urbanos ou à uma combinação de funções.

A divisão social do espaço pode ser apreendida a partir da repartição dos homens, grupos e actividades no espaço, da qualificação social dos espaços e da construção e interpretação de formas espaciais. Por isso, o espaço urbano aparece como o lugar onde se desenvolve uma divisão social exigida pelas funções da produção e da troca; e por isso, onde os mecanismos de apropriação, de construção e de afectação do solo estão directamente ligados às relações de produção e à organização social no seu conjunto. Os princípios de distinção social, de qualificação dos espaços, o seu carácter mais ou menos atractivo ou repulsivo, o valor de prestígio revelam antes as relações sociais derivadas ou por vezes desviadas (Roncayolo 1990:91).

Nos países do Terceiro Mundo, e Moçambique em particular, a expansão urbana insinua-se, dentro das linhas de descontinuidade desses países, entre uma ocidentalização (antes inspirada pela colonização e depois pelo Estado Moderno) e um direito local, mais variado, múltiplo e complexo. O crescimento das cidades parece obedecer a um ritmo sem relação, e frequentemente em contradição, com o suporte económico e a possibilidade de integrar socialmente os efeitos da urbanização. Assim, os mecanismos do crescimento urbano e as suas relações com a economia permeiam fenómenos de dependência ou de dualismo (op. cit.: 218-223).

O dualismo surge da manutenção de diferenças nas margens de uma homogeneização do espaço, quer como resistências quer como externalidades – testemunhadas pelas periferias constituídas pelos subúrbios (de habitat precário e espontâneo) e pelas áreas rurais incluídas nos limites da cidade de Nampula, onde predominam práticas ditas rurais e ou informais; espaços que cedo ou tarde são absorvidos pela centralidade e pelas potências homogeneizantes, mas que actualmente persistem, mostrando a incapacidade da centralidade e da normalidade em integrar, recuperar ou eliminar as diferenças. Diferenças que se caracterizam, entre outras, por uma ocupação do solo dispersa, devida à proximidade entre espaço residencial e espaço produtivo; pela actividade agrícola e produção não destinada ao mercado; pela prevalência do direito costumeiro no acesso à terra; pela auto-construção da habitação (a partir de material dito local); pelas relações de troca e de ajuda mútua baseadas na auto-confiança e na vizinhança; em suma, práticas sócio-espaciais que caracterizam uma vida muito intensa em que a apropriação atinge um nível muito assinalável.

A vida social das periferias é transposta para o nível da paisagem urbana. A arquitectura espontânea e o planeamento, dito local, das periferias confrontam-se com a organização do espaço feita pelos especialistas que efectivamente transladam a ordem social para a realidade territorial e que concorrem para a manutenção da normalidade dum arquitectura, incluindo actividades

económicas e serviços ditos modernos e que revelam o predomínio da propriedade privada, exacerbado aqui pela tendência em transformar o solo urbano em mercadoria. No entanto, nesse confronto alguns elementos característicos da vida do campo permanecem provavelmente resistindo às forças da homogeneização, enquanto outros são redefinidos e adaptados ao contexto urbano. É assim, que o processo de homogeneização cria na paisagem da cidade de Nampula, tal como nas cidades do Terceiro Mundo, o que se designa correntemente por dualidade espacial. Mas:

[..] a dualidade significa contradição e conflito: um conflito que surge quer duma emergência de diferenças imprevistas ou da sua própria absorção, na qual apenas diferenças induzidas brotam [...]; uma dualidade conflitual, que é um estado transitório entre oposição e contradição/transcendência, nunca termina. Ela pode sustentar-se, contudo, em torno de um 'equilíbrio' considerado óptimo por uma ideologia particular (Lefebvre 1990:374).

Em suma, a apreensão do fenómeno urbano aqui sugerida, permite captar não apenas as relações de produção e de classe, mas também, o facto de a cidade de Nampula, como outras cidades em Moçambique, ser caracterizada pela simultaneidade de dinâmicas inerentes à economia camponesa, mercantil e industrial colonial e à economia capitalista moderna vigente – uma simultaneidade que se projecta no espaço urbano.

### **A noção de (re)produção no estudo da cidade: a vida quotidiana**

A produção do espaço na cidade de Nampula é um processo que envolve contradições, pois, o Estado promove estratégias que tendem para a produção de um espaço homogéneo e global, de propriedade pública, mas que se revela fragmentado - porque parcelado -, vendido e, por isso, privado. A produção espacial é caracterizada por diferenças no acesso ao solo urbano derivadas, fundamentalmente, das desigualdades da distribuição da riqueza e das tramas sociais que o poder político e os sistemas de parentesco engendram. Desse modo, o espaço produzido é a expressão das "contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade". Assim, a paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, revela o processo de produção desse espaço:

Enquanto forma de manifestação do urbano, a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; essa perspectiva da análise já introduziria os elementos da discussão do urbano entendido enquanto processo e não apenas



enquanto forma. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução da produção espacial, e do modo pelo qual foi produzida (Carlos 1992:36).

As reflexões expostas permitem reconhecer que o espaço urbano revela diferenças que surgem nas margens dum domínio homogeneizado em forma de resistências ou de externalidades. No processo homogeneizante, o diferente é excluído - mas pode mais tarde ser absorvido pelo centro ou pela homogeneização.

Na cidade de Nampula, a reclassificação das áreas rurais responde estrategicamente às novas necessidades da acumulação do capital. No que concerne à reprodução do capital, o consumo dos produtos da indústria é ampliado para áreas com uma economia camponesa, de subsistência, que passam a estar integradas no mercado urbano. Por outro lado, a integração de áreas agrícolas na cidade permite transferir continuamente a reprodução da força de trabalho para os quadros do grupo domiciliar - cuja actividade económica principal é um misto entre a agricultura e o comércio não oficial - com vista a manter baixos salários no mercado de trabalho. Portanto, a cidade aparece, aqui, como lugar da reprodução da vida - num movimento que tende a reproduzir um espaço apropriado para a acumulação de riqueza e de capital.<sup>1</sup>

Nesse contexto, a reflexão coloca a noção de (re)produção como categoria central na análise espacial da cidade. Com a integração da cidade histórica pelo capitalismo, incorporação dos espaços antes desocupados à troca, transformação do espaço social e político em real e operacional, dado e instrumento, necessidade e virtualidade, o espaço inteiro tornou-se fundamental para a reprodução das relações dominantes, para a produção e o consumo. O espaço, incluindo a cidade, "aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social", revelando uma prática socio-espacial legitimada pelo Estado (Carlos 2004:19-20).

"[...] a noção de reprodução, saída do desenvolvimento da noção de produção, revela o fato de que não se trata apenas e tão somente do universo da produção de mercadorias, que embasa a idéia de cidade enquanto concentração, uma vez que o crescimento econômico e a industrialização caminham no sentido de que a concentração da população acompanha a concentração dos meios de produção, mas refere-se ao fato de que o modo de produção capitalista, em seu movimento de realização, revela uma reprodução mais ampla. Nesse plano, o processo refere-se à cidade de modo integral (Carlos 2004:21).

Ora, é no plano do quotidiano que a análise permite captar as contradições e os conflitos que se materializam no espaço. Os conflitos entre "a imposição de

novos modelos culturais e de comportamento [...] invadidos pelo mundo da mercadoria, estabelecida no plano mundial, e as especificidades da vida no lugar com a persistência de antigas relações”.

Por isso:

As novas condições de existência se realizam desigualmente pela criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana, transformando radicalmente a sociabilidade, posto que produz transformações nos usos do espaço, empobrecendo a vida à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica – que requer a construção de novos espaços – que vai modificando as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática sócio-espacial (Carlos 2004: 21-22).

A operacionalização da propriedade privada implica divisão e parcelamento da cidade, culminando com uma profunda desigualdade nos processos de produção do espaço urbano “que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade do solo urbano”. É assim que a apropriação do espaço – produzido segundo as necessidades da acumulação do capital – “liga-se cada vez mais à forma mercadoria”. Assim, o espaço entra no circuito da troca gerando fluxos de capitais entre diversos sectores económicos; isso ocorre através de alterações de usos e funções dos lugares numa lógica de ordenamento e direccionamento da ocupação. Daí, o espaço é fragmentado e trocado numa tendência homogeneizante e segundo uma lei do reprodutível. De modo que, “homogênea, a fragmentação do espaço da cidade também revela a hierarquização dos lugares e das pessoas como articulação entre morfologias espacial e social. Essa estratificação revela as formas da segregação urbana” (Carlos 2004:23).

Portanto, a reflexão remete para o estudo da vida quotidiana que com suas múltiplas actividades, cria as formas, a dinâmica do fenómeno e o seu conteúdo. Um procedimento que permite perceber o processo de (re)produção espacial e o seu conteúdo através e a partir da paisagem urbana, uma vez que:

O processo de produção do espaço fundamentado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza primeira e segunda implica o entendimento de vários relacionamentos: sociais, políticos, ideológicos, jurídicos, culturais. Envolve um modo de produzir, pensar, sentir – logo um modo de vida (Carlos 1992:34).

Na análise das persistências e transformações das ruralidades em Nampula, o quotidiano emerge para reflexão, pois a economia colonial e a urbanização impuseram um modelo de vida dominado por uma linearidade que introduziu transformações num modo de vida anteriormente regulado pelo tempo cíclico. Lá onde:

Salvo durante catástrofes [...] esta vida de todos os dias era regulada pelos costumes que organizavam até a divisão do trabalho por idades e sexos. O espaço e o tempo entravam numa ordem: o calendário, os territórios. A vida quotidiana desenvolvia-se, portanto, tradicionalmente dentro de quadros bem definidos: a aldeia, a comunidade territorial, o quarteirão, as ocupações e as festas, a agricultura e o artesanato, etc.<sup>2</sup> (Lefebvre 1986:104).

Com a expansão do mundo da mercadoria, os limites e o ambiente do quotidiano explodem quer no espaço, quer no tempo: a quotidianidade instala-se, instaura-se e se institui:

Diz-se às diversas categorias de pessoas o que elas devem fazer e como devem viver nas condições em que vivem e em função dos seus diversos parâmetros (recursos, idades, saúde, datas e lugares). O quotidiano é previsto até o mínimo detalhe como uma trajectória, ou antes, como um grupo de probabilidades. [...] Assim, estabelece-se, fora dos lugares de trabalho (empresas), dentro do espaço urbano, certo número de ocupações e relações, das quais depende a vida laboral nas empresas.<sup>3</sup> (Lefebvre 1986:105)

A análise das rotinas diárias indica que há uma tendência para um domínio cada vez crescente do tempo linear sobre o tempo cíclico na vida quotidiana. Todas as actividades diárias tendem a ser enquadradas em função das actividades ditas formais ou convencionais que conformam a economia urbana. Tais rotinas procuram distinguir as actividades circunscritas à esfera doméstica (construir ou fazer arranjos da casa, cultivo ou colheita de produtos agrícolas, produção artesanal de bebidas alcoólicas) daquelas fora dela (emprego formal). As observações de campo revelaram, por um lado, que as rotinas da população integrada na economia urbana convencional obedecem a uma linearidade que ordena as actividades diárias em função do emprego: acordar-higiene pessoal-serviço/emprego-descanso-dormir, ou seja, casa-serviço/emprego-casa. Onde a casa/habitação desempenha apenas a função residencial. Por outro lado, a população que se ocupa nas actividades não-reguladas tem uma rotina que varia em função dos imperativos do dia-a-dia e das necessidades do grupo

familiar. A casa ou o espaço residencial desempenha, nestes casos, múltiplas funções (residencial e produtiva).

### **O “mundo” do trabalho**

Como resultado de uma urbanização com uma base económica fraca e dependente, a incorporação dos camponeses, já semi-proletarizados, na cidade de Nampula não é acompanhada por um aumento de empregos na cidade. Por isso, a sobrevivência dos grupos domiciliares continua ligada à vida agrícola. A agricultura é praticada em todas as espécies de terreno: para construção, mas ainda por parcelar; fisicamente não parceláveis e deixados vagos; inundáveis e baldios por explorar e no entorno das habitações. A actividade agrícola passa, assim, a constituir a base da reprodução dos grupos domiciliares na cidade ao produzir alimentos para subsistência, mas também, ao garantir produtos para comercialização nos mercados urbanos – daí a importância da agricultura nas cidades em África, e particularmente em Nampula.

A disparidade entre a procura e a oferta de emprego na cidade faz com que uma parte significativa da população viva de expedientes (pequeno artesanato, comércio de super-retalho) ou se empregue em serviços domésticos. O que explica, de acordo com Douglass (1992), o facto de que as tentativas para tornar sustentável a economia do grupo domiciliar envolvam frequentemente esforços para criar uma gama de relacionamentos externos, tais como a participação em redes comunitárias de troca, protecção das relações patrão-cliente com agentes económicos de pequena escala (ex: comerciantes, pequenos empreiteiros) e trabalho com pequenas quantidades de mercadoria em pequenos sectores colectivos da economia da cidade.

É assim que alguns autores (Hornby 1991; Santos 1979) referem que nas cidades dos países do Terceiro Mundo, como é o caso da cidade de Nampula, a dificuldade em providenciar oportunidades de emprego para a população resulta na evolução de estruturas económicas, de alguma forma, muito diferentes das concebidas ou percebidas originalmente, isto é, de tipo ocidental (aquelas derivadas da industrialização). De um lado as áreas centrais provêm empregos – no comércio retalhista, na função pública e na indústria ligeira - actividades ditas formais e semelhantes às das cidades ocidentais –; em oposição, nas áreas periféricas desenvolvem-se actividades ditas informais – aquelas que não são reguladas pelas instituições da sociedade ou convencionalmente informais. No entanto, há muitas interligações e interacções entre os dois grandes tipos de actividade e organização: por exemplo, os vendedores ambulantes, vistos normalmente como participantes no sector dito informal, vendem produtos manufacturados do sector formal. Embora algumas actividades

convencionalmente informais estejam baseadas em habilidades tradicionalmente rurais, muitas delas, a maioria, resultam da modernização trazida pela urbanização em larga escala e que servem de indicador da integração da vida da população à indústria e ao consumo dos produtos industriais.

O dualismo na análise das actividades económicas pode ser percebido desde as abordagens teóricas sobre o trabalho. As definições teóricas do trabalho têm em comum o destaque dado à transformação da natureza pelo homem – uma transformação orientada para uma finalidade. Nas suas relações com categorias como o valor, a troca, o mercado, o consumo, a necessidade, o trabalho surge como produtor de valor de uso e valor de troca (mercadoria). No entanto, é comum relacionar o trabalho às actividades ou obrigações remuneradas, em oposição às actividades não remuneradas, consideradas como não-trabalho (Friedmann e Naville 1962:19-33).

A perspectiva marxista, ao abordar as relações de produção, e por isso, a estrutura de classes da sociedade, analisa o papel do trabalho no modo de produção capitalista. Assim, Marx distingue trabalho produtivo e trabalho improdutivo do ponto de vista do capital. O trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, é “aquele que produz valor de mercadoria e, por conseguinte, valor excedente, para o capital”.<sup>4</sup> Trata-se de uma definição que exclui aquele trabalho que não é trocado por capital. Assim, os termos “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” são determinações sociais, uma vez que a sua definição depende da forma social e não da utilidade ou forma concreta do trabalho. O trabalho pode ser considerado improdutivo quando “ocorre fora do modo de produção capitalista, mas também enquanto ocorrendo no seio dele, é utilizado [...] para funções improdutivas mais que produtivas” (Braverman, 1987: 347-358). Portanto, falta-lhe aqui a condição inerente à circulação em que o trabalho “não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que simultaneamente os aumenta e, por conseguinte, ao criar a mais-valia, os transforma em valores que a si mesmos se valorizam, em capital”. (Marx, K. Capítulo Inédito de *O Capital*, p. 111)

Actualmente, o trabalho adquire uma nova forma, pois passa a “ser uma actividade exercida na esfera pública, onde o trabalho é definido e reconhecido por outros como uma actividade útil que é remunerada. O trabalho pago torna-se, portanto, o meio através do qual o indivíduo adquire existência e identidade social por ter uma profissão” (Silva 2002:161).

Os estudos (ex.: Lopes, Araújo e Hermind 1995) que, de certo modo, procuram abordar a economia urbana nas cidades de Moçambique, em Nampula em particular, procuram dar ênfase à pobreza urbana e ao dualismo económico, ou seja, aos denominados dois circuitos da economia urbana. Assim, tornou-se

comum classificar as actividades económicas em formais e informais, destacando o carácter público ou oficial do trabalho. Essas descrições referem simplesmente que é no sector do comércio onde a actividade informal é predominante pelo número de indivíduos envolvidos. Tais análises circunscrevem-se apenas às formas sociais de distinção do trabalho, pois

[...] o pequeno comércio [aquele descrito como informal] é a única ocupação que não exige capital inicial algum, nem a qualificação profissional ou alguma aptidão especial, nem instrução, nem o dinheiro, nem o local, nem as [protecções]. Esse é o único recurso daqueles que nada têm e para quem estão interditas todas as profissões, inclusive, por falta de engajamento [...]. (Bourdieu 1979: 63)

A economia dita informal não é uma série de actividades de sobrevivência realizadas por populações desprovidas e marginalizadas. Segundo Portes *et al* (1989), o dinamismo económico das actividades geradoras de rendimento não reguladas e o relativo alto nível dos rendimentos de muitos empreendedores ditos informais, às vezes acima do nível dos trabalhadores na economia convencionalmente formal, pode ser constatado tanto em países avançados industrialmente como em países pouco desenvolvidos. Na verdade, algumas actividades no chamado sector informal derivam de necessidades desesperadas para a obtenção de meios de subsistência de um trabalhador para a sua família. Mas, de forma similar, essa motivação pode levar um trabalhador a aceitar baixos salários no sector formal. Desse modo, a reflexão remete para a análise da economia dita informal não como eufemismo da pobreza, mas como uma forma específica de relações de produção, enquanto a pobreza é um atributo ligado ao processo de distribuição da renda. (Portes *et al*, 1989:12)

Os processos da economia dita informal cruzam a estrutura social inteira. É claro que a maior parte dos indivíduos engajados em actividades não reguladas, em Moçambique como em outros países do Terceiro Mundo, é pobre. Um enfoque, para além da aparência das condições sociais (pobreza e outras), através da análise da lógica do processo, permitirá centrar-se nas dinâmicas sociais, sublinhando a produção das condições sociais. Assim, de acordo com Portes *et al* (1989), a articulação entre as actividades reguladas e não-reguladas remete para uma redefinição das relações de produção. a economia informal não é, assim, uma condição individual, mas um processo de geração de rendimentos caracterizado por um aspecto central: "não é regulado pelas instituições da sociedade, num ambiente legal e social no qual actividades similares são reguladas" (op. cit.).

A distinção entre formal e informal – como formas sociais – tem sentido apenas numa economia de mercado regulada pelas instituições da sociedade e que denota a institucionalização das regulações pelo poder no mercado. Mas:

[...] as actividades incluídas no sector informal expressam a contradição capitalista entre a necessidade de expandir a massa dos assalariados e a incapacidade de garantir emprego seguro para a força de trabalho reproduzida dentro do sistema. Trata-se de uma oposição com uma variação espacio-temporal e segundo o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Nos países em desenvolvimento [...] há uma tendência para a proletarização de uma crescente proporção da força de trabalho urbana. (Portes *et al* 1989: 79)

Portanto, perante as contradições e desigualdades que caracterizam o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista torna-se pertinente analisar o papel dos grupos domiciliares na economia urbana. Como unidade de rendimento – e de trabalho colectivo – o grupo domiciliar engaja-se numa multiplicidade de actividades de geração de rendimentos fora do espaço residencial, dentro ou fora da economia de mercado num processo que visa a reprodução de meios materiais e sociais para a sua própria existência e com esperança de melhorar o seu bem-estar. Sendo assim, o conceito de grupo domiciliar passa a estar ligado não apenas à estrutura física da habitação, da cozinha ou às relações de parentesco, mas tem que ser visto como um ponto de cruzamento de redes de relações sociais sem subordinação clara alguma nem entrelaçamentos perfeitos com outras redes (Douglass 1992:22) que assume um papel fundamental na reprodução da força de trabalho na cidade.

### Notas de referência

- 1 Um estudo profundo revelaria os fluxos de transferência de capitais acumulados em Nampula para outras regiões do país, com particular destaque para a capital do país.
- 2 Tradução livre do autor.
- 3 Tradução livre do autor.
- 4 Do ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se-nos como *produtivo* aquele trabalho que se realizava num *produto*, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza directamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se *realiza* [...] numa *mais-valia* representada por um sobreproduto [...], num incremento *excedentário de mercadoria* [...]. (Marx, K., Capítulo Inédito de *O Capital*, p. 109).





# 4

---

## A produção das diferenças espaciais

As desigualdades sociais constituem característica estrutural das sociedades humanas. Estas derivam das diferenças no acesso aos recursos variados entre os indivíduos o que por sua vez afecta significativamente a qualidade de suas vidas (Giddens 2000:296).

A estrutura das sociedades reflecte uma hierarquização de segmentos ou extractos sociais produzida segundo diversas características como: sexo, idade, categoria socio-profissional, etnia, etc. Ora, frequentemente, estas características são utilizadas, isoladamente ou em simultâneo, para a produção de desigualdades sociais, pois as características fisiológicas, só por si, não produzem a desigualdade social na medida em que factores como a cor dos olhos, a estatura física, gostos artísticos não influenciam as oportunidades de vida concreta ou as posições sociais dos indivíduos. A desigualdade social resulta sim de um acesso desigual aos bens, serviços, ou oportunidades, cuja razão explicativa se encontra nos mecanismos que estruturam a própria sociedade.

Pode-se definir a desigualdade social como uma diferença construída socialmente no acesso aos recursos de diversa natureza. Deste modo, o facto de se deter maior ou menor riqueza, prestígio social, nível de escolarização e sucesso escolar; capacidade de exercício de poder ou de cidadania, entre outros, depende dos mecanismos sociais adoptados e que condicionam os destinos dos indivíduos (Ferreira 1995:325-326).

As abordagens teóricas referentes às desigualdades sociais permitem fazer uma análise das dinâmicas sociais na cidade de Nampula. Desde a sua fundação, a cidade de Nampula albergou uma população com diferentes posições nas relações produtivas – a população branca detentora dos meios de produção e a população negra, referida institucionalmente, como fornecedora de mão-de-obra; essa divisão era complementada por uma classificação hierárquica que considerava a população branca constituída por “cidadãos de primeira” e a

negra por “cidadãos de segunda”. Assim, configurava-se o quadro estrutural e das relações sociais de dominação vigentes numa sociedade (baseada na supremacia da raça branca) que tinha, no seu topo, uma oligarquia comercial e agrícola – como classe dominante – e na sua base, o campesinato moçambicano – a classe dominada. Estas disposições constituíam os alicerces que engendravam as desigualdades no acesso aos bens e recursos de diversa ordem. A legislação vigente assegurava que os benefícios sociais e económicos favorecessem à população branca em detrimento da população negra. Actualmente, as desigualdades são acentuadas pela inserção diferenciada no mercado de trabalho, pelo poder aquisitivo e pelo prestígio social e político, no quadro de uma economia dependente de financiadores externos.

Ora, como explicar, então, a prevalência de uma hierarquia de lugares ou áreas que agrupam indivíduos com base na semelhança de suas características socio-económicas?

Segundo Girod (1984), a hierarquia dos lugares pode ser a expressão da divisão da sociedade em camadas ou classes produzidas pela distribuição da renda e/ou da habitação. Deste modo, surge a noção de estratificação social que resulta da repartição desigual de direitos, de poderes, de riquezas e de todas outras vantagens ou desvantagens entre diversas fracções da população (Ferreira 1995).

As desigualdades sociais expressam-se através dos sistemas de estratificação social. A desigualdade está incrustada no tecido social de todas as sociedades; expressa-se através do sistema de estratificação social, ou do posicionamento de grupos de indivíduos na sociedade, que perpetua ganhos (ou recompensas) e oportunidades de vida desiguais na sociedade: assim sendo, a estratificação social refere um sistema de desigualdades estruturadas em que os grupos sociais são dispostos hierarquicamente uns sobre os outros do topo – os mais favorecidos – à base – os menos privilegiados. Todas as sociedades passadas e recentes tiveram ou têm alguma forma de estratificação, embora o grau de desigualdade entre os estratos sociais possa variar (Giddens 2000:296; Newman 1997:320).

A dinâmica das sociedades induz, frequentemente, para que as desigualdades sociais conduzam às diversas formas de exclusão social, dentre elas: a exclusão política (acesso e usufruto dos direitos de cidadania) e a exclusão económica (Estivill 2003:17-18; Marshall 1967:63-64). A noção de exclusão, apesar de não pertencer à teoria económica, surge e se alimenta da noção de exclusão económica – aquela que procura captar a conjugação dos processos que separam os indivíduos, grupos e territórios dos centros produtivos e de consumo. Não se coloca a questão apenas em termos de pobreza/riqueza,

igualdade/desigualdade na posse e uso dos bens produzidos. A dimensão económica da exclusão torna-se válida quando se percebe que os excluídos constituem camadas não solventes da procura, os inúteis e supranumerários, os “resíduos” do desenvolvimento, a “miséria do mundo”, os da “classe baixa” ou os “perdedores” apagados do cenário económico. (Estivill 2003:17-18; Ferreira 1995:327).

Portanto, mais do que a criação de tipologias, urge a necessidade de apreender a natureza de um fenómeno separador, consecutivo e cumulativo que se encontra no cerne da sociedade. A deslocação fabril, a segmentação do mercado de trabalho e as consequentes diferenciações introduzidas nos estatutos dos trabalhadores(as), a diversidade de acesso aos bens de consumo, os equipamentos e serviços económicos, sociais, educativos, sanitários, culturais e outros, são traduzidos na segregação espacial e urbana (Estivill 2003: 17-18; Newman 1997:383).

### **As tendências sócio-espaciais na cidade de Nampula**

Nos últimos anos, observam-se inúmeras transformações na paisagem das cidades moçambicanas resultantes de novas configurações sócio-espaciais. A partir da década de 90, as políticas de desenvolvimento social e económico adoptadas pelo Estado repercutiram-se na produção do espaço urbano, produzindo nele diferenças que exprimem as desigualdades operadas pela distribuição da riqueza. As alterações que se revelam na paisagem das cidades são produzidas por práticas sócio-espaciais resultantes, dentre outras, das intervenções urbanas sob a égide do Estado - reassentamento populacional no meio urbano - e da expansão do mercado fundiário que estimula o deslocamento de fracções de população urbana a partir do centro para os bairros suburbanos e periferias das cidades.

### **A intervenção sob a égide do Estado**

Em finais da década 80, as intervenções urbanas sob a égide do Estado, e financiadas pelo Banco Mundial, visavam a reabilitação de determinados edifícios considerados degradados no centro da cidade. As operações incluíram a construção de moradias de “baixo custo” em bairros suburbanos e/ou periféricos para o reassentamento, supostamente provisório, dos residentes retirados dos edifícios abrangidos. Este processo produziu uma diferenciação residencial nos bairros suburbanos e nas áreas periféricas. As habitações dos novos residentes distinguem-se das pré-existentes tanto pelo tipo de material usado na construção (cimento) como pela alocação de serviços urbanos. Assim, a paisagem dos bairros alterou-se com o surgimento de “enclaves” residenciais

distintos em áreas onde outrora havia uma similaridade entre as residências. A diferenciação residencial é, pois, acompanhada por uma segregação social, uma vez que socialmente os novos residentes não se identificam com os antigos residentes dos bairros suburbanos e ou periféricos, alegadamente porque os hábitos ou o modo de vida trazidos do núcleo central diferem daqueles prevalentes nos bairros suburbanos; lugares habitados maioritariamente por uma população que supostamente se identifica mais com o meio rural. É neste contexto que se pode referir que a diferenciação residencial tende a exacerbar a segregação socio-espacial na cidade.

### **A expansão do mercado fundiário**

A influência da expansão do mercado fundiário sobre o deslocamento de população urbana a partir das áreas centrais da cidade e sua fixação residencial em bairros suburbanos e/ou periféricos possui características similares ao processo descrito na secção anterior. As diferenças entre os dois processos residem no facto de que no caso corrente o deslocamento ocorre como uma opção individual estimulada pela especulação fundiária.

Desde o início da década 90, os serviços cadastrais municipais responsáveis pela gestão do solo urbano passaram a atribuir títulos de uso e ocupação de parcelas de terra para construção de vivendas unifamiliares dentro das cidades. As parcelas de terra localizam-se ou em áreas ecologicamente consideradas reservas ambientais ou em bairros periféricos oficialmente considerados como áreas de expansão no plano urbanístico da cidade colonial. O acesso às parcelas cedidas pelas autoridades municipais é condicionado pelo cumprimento de determinadas normas urbanísticas e arquitectónicas inspiradas na cidade ocidental que à partida funcionam como critérios de selecção dos novos moradores.

O tipo de construção, dado pelo material e pela arquitectura – moradias unifamiliares com mais de um piso, etc. – observado nos novos “enclaves” residenciais indica o status sócio-económico dos seus proprietários. Pois, trata-se de indivíduos com alto poder aquisitivo e com capacidade de cumprir com as exigências urbanísticas requeridas que frequentemente têm acesso ao solo nas áreas referidas.

Não raras vezes, a demanda pelo solo nos novos “enclaves” residenciais torna-se maior que a oferta e porque se encontram circundados pelo espaço onde predominam casas de construção precária (caniço), o seu crescimento horizontal tem-se feito à custa da expulsão dos antigos residentes – famílias de baixa renda que trocam as suas parcelas de terra, por valores monetários

irrisórios ou por algum material de construção considerado melhorado (cimento e zinco), para abandonar o bairro.

As novas intervenções urbanas têm como corolário o surgimento de quatro áreas que se revelam na paisagem da cidade ou no interior de um só bairro:

***i) Primeira área***

A primeira área é resultante da integração de áreas rurais nos limites administrativos da cidade; reside grande parte da população que migrou do campo para a cidade. Note-se que nestas áreas a vida quotidiana é dominada pelo tempo cíclico e as práticas sócio-espaciais são regidas predominantemente pelo direito costumeiro; as habitações são construídas de argila, caniço ou pau-a-pique. Os residentes, que na sua maioria são camponeses pobres, recorrem aos serviços de educação e de saúde localizados nos bairros suburbanos vizinhos; o comércio é dominado por trocas locais em espécie ou em dinheiro ao longo das vias de acesso ou nas sombras de árvores relativamente mais frondosas.

O fornecimento de água é feito a partir de poços ou de fontanários, a energia eléctrica e telefonia fixa são inexistentes ou à semelhança da maior parte dos bairros suburbanos: (i) têm abrangência muito restrita; (ii) estão sujeitos a constantes avarias/cortes; (iii) e os que não conseguem cumprir com os requisitos para ter um acesso oficial operam com ligações clandestinas. As vias de acesso não estão asfaltadas e nem sempre beneficiam de iluminação pública. As vias não pavimentadas são arenosas, de difícil transitabilidade e estão sujeitas à erosão na época chuvosa, dada a falta de sistema de drenagem de águas pluviais.

A colecta e o tratamento de resíduos sólidos são feitos a partir de iniciativas dos residentes locais: enterro do lixo nos quintais ou deposição em crateras abertas pela erosão. Nestas áreas o lixo não constitui um problema para os moradores porque a sua produção é menor.

Esta área não dispõe de sistema de esgotos e, por isso, as águas residuais são despejadas nos quintais ou mesmo nas ruas. O uso de latrinas melhoradas é predominante, contudo, algumas famílias usam latrinas ditas tradicionais (sujeitas ao desabamento durante a época chuvosa) ou simplesmente não possuem qualquer tipo de latrina.

Na primeira área, o papel dos órgãos municipais resume-se apenas na colecta do imposto municipal.

*ii) Segunda área*

A segunda área é caracterizada pela predominância de habitações ditas melhoradas: construídas com paredes de cimento e cobertura de zinco. A ocupação das parcelas de terra ocorre com assessoria das autoridades municipais – responsáveis pelo parcelamento do solo, e pela demarcação dos arruamentos, e que exigem a adopção de requisitos mínimos urbanísticos. Os residentes desta área consideram-se com uma cultura urbana superior a dos residentes da primeira área e por isso procuram manter vínculos com o núcleo central da cidade, ainda que tenham que percorrer grandes distâncias. A população residente é constituída, na sua maioria por funcionários subalternos, operários, prestadores de serviços domésticos e desempregados (mas ocupados no comércio de rua).

O fornecimento de energia eléctrica, água canalizada, telefonia fixa e televisão tem pouca abrangência e de pouca qualidade, havendo casos em que, por exemplo, há cortes de energia que abrangem, mas, não afectam a terceira. As vias de acesso são de terra batida e, em alguns casos, beneficiam de iluminação pública.

Esta área não possui sistema de drenagem de águas pluviais. Os resíduos sólidos são depositados em contentores geridos pelos serviços municipais, mas o seu tratamento enfrenta problemas comuns à cidade inteira; é assim, que não raras vezes, o lixo acumulado excede a capacidade dos contentores e pode levar vários dias sem que seja removido.

As moradias estão providas de um sistema de latrinas melhoradas e há uma tendência para sua substituição por retretes com autoclismo. Algumas residências possuem um sistema de fossas cépticas que garante o escoamento dos esgotos e das latrinas melhoradas para um colectador onde os resíduos ou são absorvidos pelo solo ou são drenados por camiões de sucção.

*iii) Terceira área*

A terceira área é caracterizada por construções arquitectónicas, semelhantes às dos bairros mais prestigiados do núcleo central da cidade, que à partida reflectem grandes investimentos de capital financeiro na construção da habitação. Nesta área são comuns moradias unifamiliares com dois ou mais pisos. Ainda não se observam condomínios fechados na cidade de Nampula. O acesso ao solo é mediado pelos órgãos municipais.

Os residentes desta área constituem fracções da população que abandonou o centro da cidade. Contudo, o nível de vida adquirido obriga-os a recorrer frequentemente ao uso de serviços localizados no centro da cidade, mas,

também de outros que atraídos pelos novos consumidores começam a se fixar dentro ou na proximidade dos “novos enclaves” residenciais.

O fornecimento de energia eléctrica e de água canalizada e os serviços de telefonia fixa e de televisão são de melhor qualidade do que nas áreas anteriores. As vias de acesso não são pavimentadas e em alguns casos não beneficiam de iluminação pública. A recolha e o tratamento de resíduos sólidos são feitos pelos residentes. Não há redes de drenagem de água pluvial nem sistemas de esgotos munidos de componentes para o tratamento e reciclagem da água.

As características da terceira área ilustram o facto de que os elementos de urbanidade são introduzidos com investimento dos próprios moradores, sem a intervenção do sector público e privado, e também por se tratar de áreas residenciais construídas recentemente.

A quarta área corresponde ao centro da cidade. Trata-se do espaço urbano que a cidade herdou do passado colonial a partir do qual, e em sua função, irradiam as práticas sócio-espaciais actuais.

As dinâmicas descritas nas secções anteriores produziram um espaço qualitativamente novo que contém em si oposições, contradições e conflitos sócio-espaciais transpostos de unidades espaciais maiores – a cidade inteira – para unidades urbanas menores – os bairros. Dessa forma, começam a surgir no interior dos bairros suburbanos e/ou periféricos das cidades moçambicanas diferenciações derivadas da distribuição desigual da riqueza e da habitação – factores que induzem a diferenciação residencial e especificam a tendência actual da paisagem das cidades moçambicanas. Pois, a distribuição dos lugares residenciais opera agrupamentos em função da capacidade financeira dos indivíduos – estratificação social – e no caso presente, onde a distância social tende a ganhar uma forte expressão espacial, colocar-se-á em foco a questão relativa à segregação urbana.

#### **A diferenciação residencial**

A história dos agrupamentos sociais baseados na diferenciação residencial em Moçambique, e na cidade de Nampula, não é recente. A diferenciação social e espacial actual tem a sua génese nas transformações e fragmentações sucessivas que configuravam a cidade colonial. Segundo Wilson (1941), citado por Hannez (1980), a política urbana colonial pressupunha que a população africana nas cidades devia ser constituída por residentes temporários: ‘trabalhadores fisicamente capazes que deixavam, para trás, todos ou parte dos seus dependentes na aldeia, assim que eles partiam para os centros urbanos onde eles próprios passariam curtos períodos das suas vidas’. Desse modo:

(...) a habitação não era planejada para mais [pessoas] do que, quanto muito, para um homem e sua mulher, com um ou dois filhos menores, num quarto único. Os salários, e a ração alimentar que era fornecida aos trabalhadores, pelas empresas empregadoras, não eram suficientes para o agregado familiar inteiro (Hannez 1980:125).

Por outro lado, segundo a política adoptada pela administração colonial – que evidentemente enquadrava-se nas estratégias competitivas para a redução dos salários dos trabalhadores – consistiu na alocação de parcelas de terra aos trabalhadores africanos para que, assim, pudessem construir sua casa própria e completassem a ração alimentar com a produção agrícola (Wilson 1941 in Hannez 1980). Capta-se aqui, portanto, a origem do fenómeno das ruralidades nas cidades africanas cujo fundamento conforma-se nas estratégias de acumulação da riqueza e, por conseguinte, na reprodução das relações sociais.

A paisagem urbana revela variações espaciais, engendradas pela diferenciação residencial explicada a partir das desigualdades operadas pelo parcelamento e pelo tipo de habitação e esta segundo o material de construção e arquitectura. Nos bairros que constituem o centro da cidade – antiga cidade colonial – as habitações estão erguidas em lotes planeados e construídas segundo modelos arquitectónicos europeus; predomina o uso de material de construção dito convencional (cimento: betão, blocos de cimento, telhas e zinco). Enquanto, nos bairros periféricos, as habitações são construídas com uma arquitectura dita espontânea; o material de construção varia desde o uso de argila (blocos de argila de fabrico doméstico) e zinco até o uso de troncos de árvores (pau-a-pique) e capim ou palha. O loteamento não obedecem à um planeamento urbanístico oficial.

Tudo indica que por detrás do tipo de habitação, do material utilizado, e da localização da residência encontram-se factores relacionados com a inserção dos indivíduos na economia da cidade e, por isso, das desigualdades no acesso aos recursos – factores relacionados com a distribuição da riqueza. Pois, os resultados das entrevistas mostram que há uma tendência de os indivíduos com emprego na economia dita formal residirem ou em bairros dentro da “cidade colonial”, ou então nos bairros periféricos, mas, em habitações construídas com material dito convencional (blocos de cimento com cobertura de telhas ou zinco) enquanto os indivíduos ligados à economia agrícola e às actividades ditas informais residem predominantemente em bairros periféricos com habitações construídas com material dito precário – em áreas onde predomina a auto-construção, acesso reduzido ou inexistente à energia eléctrica, água canalizada, sem sistemas de saneamento e de esgotos – em contraste com as áreas centrais.



Em geral, a diferenciação residencial está relacionada com as desigualdades no poder aquisitivo dos indivíduos: os grupos domiciliares moram em habitações de material precário e em áreas sem acesso aos serviços urbanos ou porque os preços do solo ou de aluguer de habitação são baixos em relação com outras áreas. Os residentes que experimentam melhorias no poder aquisitivo tendem a substituir o material de construção da habitação, o pau-a-pique e capim pelo cimento e zinco, mesmo permanecendo nos bairros periféricos.

A diferenciação residencial revela também diferenças no acesso ao solo para construção da habitação assim como no tipo de propriedade da habitação. As informações de campo indicam que há uma tendência para uma generalização da venda do solo urbano. Muitos entrevistados, dos bairros periféricos, afirmaram ter comprado o talhão onde construíram a habitação. No entanto verificou-se a coexistência de outras formas de acesso ao solo urbano: herança, oferta e empréstimo ou aluguer – formas estas que envolvem diversos actores (agentes municipais, antigos utentes ou camponeses e “compradores”). Todas as formas de acesso ao solo, acima referidas, predominam nos bairros periféricos onde ou a propriedade do solo não foi formalizada ou ocorreu parcelamento recente monitorado pelos agentes municipais ou o acesso a terra ocorre sob normas do direito costumeiro.

Paralelamente com as formas de acesso ao solo, a propriedade de habitação revela dinâmicas similares. Tanto nos bairros centrais como periféricos há uma tendência para o predomínio da habitação própria. Nos bairros centrais a habitação própria torna-se comum; o facto deve-se ao processo de alienação de apartamentos, cuja propriedade era do Estado, que vem decorrendo nos últimos anos. Ao contrário, e como se referiu anteriormente, nos bairros periféricos a habitação própria está vinculada à génese dos próprios bairros. O aluguer de habitação é um fenómeno recente quer nos bairros centrais como nos periféricos. Esta forma de acesso à habitação é incentivada pela escassez da habitação nos limites administrativos da cidade e pelos fluxos de estudantes suscitados pela nova função universitária existente na cidade.



# 5

---

## Crítica à produção capitalista do espaço

O crescimento da cidade de Nampula resultou de um processo de urbanização que inclui a componente demográfica e a expansão resultante da inclusão de áreas rurais dentro dos limites administrativos da cidade. Um processo do qual se produz uma paisagem urbana que revela contradições, desigualdades e conflitos. A expansão urbana produz um espaço heterotópico, uma vez que o processo de homogeneização ainda não conseguiu transformar todas as práticas sócio-espaciais características do campo, mas mantém-nas estrategicamente no seu entorno. Tem-se, então, um espaço diferencial que para a sua compreensão torna-se pertinente a teoria do desenvolvimento geográfico pouco uniforme.<sup>1</sup>

O capitalismo desenvolve-se dentro de um ambiente geográfico caracterizado por uma grande diversidade – resultante das condições naturais e/ou da produtividade da força de trabalho – que resulta de uma história de vários séculos. No entanto, as forças que emanam do capitalismo atacam, corroem, dissolvem e transformam grande parte da economia e cultura não capitalista, apoiando a criação de novas distinções baseadas nas antigas diferenças. Por isso, as diferenciações geográficas aparecem como resíduos históricos, em vez de características activamente reconstituídas dentro do modo de produção capitalista (como é o caso da incorporação do modo de vida camponês na cidade de Nampula) - que resultam da conversão das restrições temporais à reprodução do capital em restrições espaciais (Harvey, 1990: 419, 420).

A expansão do capital tende para a mundialização das relações monetárias, as quais penetram em todas as esferas da vida social (incluída, aí, a vida privada). Cada vez mais, a subsunção formal<sup>2</sup> da actividade humana ao capital, exercida através do capital, é complementada pela subsunção real, a qual requer a conversão do trabalhador em mercadoria-força de trabalho por meio da acumulação originária. Por esse processo são produzidas e distribuídas novas forças produtivas acarretando uma transformação radical, não apenas das

relações sociais, do espaço físico numa dinâmica que varia de um lugar para o outro (Harvey 1990:376).

Estas análises permitem compreender as transformações que ocorreram na passagem da agricultura de subsistência para a agricultura comercial, transformações, que tiveram lugar a partir da penetração colonial em Moçambique com a introdução da economia das plantações. E ainda, a incorporação do modo de vida camponês na economia urbana em função da reprodução da força de trabalho assalariada.

No ambiente construído, aí incluída a cidade, “as fábricas e os campos, as escolas, os templos, centros comerciais e parques, estradas e ferrovias testemunham uma paisagem esculpida em forma indelével e irreversível de acordo com os ditados do capitalismo”. Trata-se de transformações físicas que não ocorrem uniformemente no espaço e que, por isso, se depara com vastas concentrações de forças produtivas em alguns lugares em contraste com regiões relativamente “vazias”, fortes concentrações de actividades em lugares que contrastam com zonas em que o desenvolvimento está pouco disseminado. Nesse contexto, Marx refere a concentração de forças produtivas nos centros urbanos e as mudanças correlativas nas relações sociais de produção e de vida. os efeitos de interacção que conduzem à rápida aglomeração da produção dentro das cidades – convertidas em oficinas colectivas de produção capitalista; e as forças que induzem à aglomeração e podem levar novos investimentos de transporte e indústrias de bens de consumo a outros lugares. Daí se pode compreender o desenvolvimento geográfico (espacial) pouco uniforme que se expressa, parcialmente, em uma oposição entre as forças que tendem à concentração e as que tendem à dispersão geográfica na circulação do capital (Harvey 1990:376, 419, 420).

A circulação do capital reproduz o desenvolvimento espacial pouco uniforme das infra-estruturas sociais - pois, o capital produz e reproduz, ainda que através de toda a classe de mediações e transformações subtis, o seu ambiente social e físico. Isso ocorre quando a circulação do valor através das infra-estruturas sociais produz uma concentração geográfica de condições de “alta qualidade” em alguns lugares em detrimento de outros. Assim, algumas regiões aparecem então como “naturalmente” favorecidas para a acumulação em virtude dos recursos humanos e sociais aí concentrados (Harvey 1990:406 e 420). Para a cidade de Nampula este processo exprime-se espacialmente com a construção de novos estabelecimentos comerciais, implantação de bancos e outros serviços modernos, assim como com a requalificação de edifícios – que passam a ter novos usos e/ou novos usuários – em áreas previamente seleccionadas em

contraste com outros espaços marcados pela deficiência ou escassez de serviços urbanos.

As tendências para a aglomeração são limitadas pelos custos dos congestionamentos, por uma crescente rigidez no uso das infra-estruturas físicas, pelo aumento das rendas e simples falta de espaço. Então, a dispersão espacial torna-se mais atractiva. Isso pode explicar alguns investimentos no comércio e, principalmente, a construção de habitação por fracções privilegiadas da população nas áreas periféricas da cidade de Nampula onde há muita disponibilidade de terrenos devida à ocupação dispersa e os preços das parcelas são relativamente mais baratos, aí onde começam a surgir enclaves ou bairros dos popularmente chamados “novos ricos”, isto é, da emergente burguesia nacional (?).<sup>3</sup>

Neste sentido, a teoria do desenvolvimento geográfico (espacial) pouco uniforme revela-se adequada para explicar as diferenças espaciais que a urbanização, sob o modo de produção capitalista, engendra nos países do Terceiro Mundo, especificamente em África - um continente onde a inserção diferenciada das regiões no mercado internacional resultou na decadência ou florescência temporária de umas ou outras regiões e, por consequência, os centros urbanos acompanharam essas alterações do desenvolvimento das regionais, em função das actividades económicas subsumidas pela acumulação do capital estrangeiro.

Para a cidade de Nampula, o desenvolvimento espacial pouco uniforme permite compreender não apenas o antagonismo entre a cidade e o campo, entre o centro e a periferia, mas também, a diferenciação residencial dentro das áreas urbanas, a organização e desenho do espaço que, ao final, transmitem significados sociais e simbólicos, a articulação espacial de diversos sistemas mercantis, a diferenciação das afectações do solo que caracterizam a articulação espacial das actividades humanas em função da circulação do valor.

Ora, as reflexões expostas tendem a mostrar como a expansão do mundo da mercadoria tende a criar e a impor novas estratégias espaciais na cidade de Nampula. A antiga cidade - cidade colonial - absorveu o campo circundante resultando, assim, num espaço misto que para a sua compreensão, exige uma redefinição não apenas dos conceitos, mas também outro entendimento do fenómeno urbano contemporâneo produzido pelas novas relações entre a cidade e o campo.

### **As relações cidade-campo**

A relação cidade-campo, como relação dialéctica, constitui uma oposição conflitual que só tende a superar-se quando o antigo campo e a antiga cidade

se reabsorvem no tecido urbano realizado. Assim, a construção da sociedade urbana vai acompanhada de uma lenta degradação e desaparecimento do campo, dos camponeses, assim como de um estalido, uma dispersão do que foi a cidade (Lefebvre 1973b:15).

A produção do espaço na cidade de Nampula testemunha um processo em que a acumulação capitalista no centro urbano e a dispersão dos investimentos requerem, por um lado, uma crescente concentração e uma expansão do consumo e, por outro lado, implicam mudanças radicais nas condições sociais de reprodução da força de trabalho que, estrategicamente, ocorre com uma constante absorção de elementos primitivos e fisicamente incorruptos do campo. Ora, a absorção de áreas rurais resulta numa tendência para a proletarização dos camponeses – o que tende para a sua desaparecimento como comunidade – mas a sua reprodução assenta fundamentalmente nas estratégias económicas do grupo domiciliar, as quais incluem a produção agrícola e o comércio dito informal – o que conduz à permanência de práticas sócio-espaciais ligadas à vida rural. Resulta, assim, um misto rural-urbano que coloca perante novas concepções derivadas da transformação das antigas relações espaciais. A hipótese avançada aqui é que a permanência de práticas sócio-espaciais rurais na cidade, que caracteriza a explosão urbana na cidade de Nampula, pode ser também analisada como consequente de um processo de urbanização dependente ou com escassez de investimentos em infra-estruturas urbanas derivada duma economia igualmente dependente.

No decorrer do tempo histórico ocorreram profundas mudanças na relação entre a cidade e o campo. Essas mudanças resultam de dinâmicas específicas e modos de produção predominantes em cada época. Assim, as relações cidade-campo foram caracterizadas ora por conflitos profundos, ora mais pacíficos ou por dinâmicas próximas de uma associação. Tais características podem manifestar-se simultaneamente numa mesma época. Na época actual, a relação cidade-campo transforma-se: a exploração do campo circundante pela cidade – centro de acumulação de capital – cede lugar a formas mais subtis de dominação e de exploração (Lefebvre 1991: 68-69).

Para o caso da cidade de Nampula torna-se relevante compreender que o desenvolvimento urbano resulta de um processo cumulativo, consequência das dinâmicas socio-económicas ocorridas, primeiro, durante o período colonial – em que a cidade espelhava uma divisão socio-económica baseada na cor da pele e havia uma evidente oposição, entre a cidade e o campo, baseada na divisão social do trabalho; segundo, durante o período pós-independência – em que o desenvolvimento urbano ocorreu sem políticas urbanas explícitas, mas com uma ênfase no desenvolvimento rural; e, terceiro, no período actual

em que com a expansão do mundo da mercadoria, o campo é continuamente integrado no consumo dos produtos da indústria. Com a falta de investimentos, a produção agrícola perde a sua importância na economia camponesa e a sobrevivência dos camponeses, mesmo com a agricultura como actividade económica principal, passa a depender cada vez mais do mercado e da comercialização de produtos industriais. É assim que a cidade se torna um centro de decisão e aparentemente de associação. A vida urbana penetra na vida camponesa num movimento de transformações e resistências que acentuam a oposição urbanidade-ruralidade.

### **Um espaço contraditório**

A cidade de Nampula, dentre outras, exprime a produção de um espaço resultante de um processo de inclusão sucessiva de áreas rurais dentro dos limites da cidade – um processo denominado “reclassificação de espaços rurais”.

A reclassificação dos espaços rurais em urbanos na cidade de Nampula ocorre sob a égide do Estado e consiste na inclusão administrativa, por decreto, de áreas rurais que circundam a cidade, dentro dos limites desta. Trata-se de um processo que pode ser compreendido a partir duma reflexão segundo a qual:

A produção do espaço é levada a cabo com a intervenção do Estado que naturalmente age de acordo com objectivos do capital, ainda que esta produção pareça responder unicamente aos requerimentos racionais da comunicação entre as várias partes da sociedade, como àqueles de um crescimento consistente com os interesses de todos os *utentes*. O que acontece é que um círculo vicioso é posto em acção que para a sua circularidade torna-se uma força invasiva servindo interesses económicos dominantes (Lefebvre 1995:375).

O Estado como mediação no processo de acumulação assume, pois, um papel determinante num contexto em que a acumulação, para o caso de Moçambique, se faz sobre a produção agrícola, sobre os camponeses e não a partir do mercado mundial. Assim, o Estado procura desvincular os camponeses da economia dita natural, fazendo-os entrar no mundo da mercadoria. Desde modo, o Estado participa na expansão do mundo da mercadoria – entravado pela propriedade fundiária, pelas rendas e pela resistência camponesa.

Na cidade de Nampula, a reclassificação dos espaços rurais em urbanos, feita por decreto, parte de duas estratégias: a) definição de áreas agrícolas que alimentam a cidade; e b) delimitação de áreas para a expansão da cidade. Incorporadas nos limites da cidade, as antigas áreas rurais são parceladas e posteriormente vendidas quer para ocupação residencial de fracções de

população mais privilegiada economicamente, quer para a construção de infra-estruturas de lazer; são preservadas para futuras afectações definidas pelo Estado; outras áreas permanecem como áreas para produção agrícola orientada para os mercados da cidade. As intervenções urbanas que tomam lugar nestas áreas ocorrem, em geral, excluindo a população que nelas reside há mais tempo (Araújo 2003:168-169).

Assim, um número sempre crescente de pessoas continua a cultivar uma parte dos alimentos de que precisa. A agricultura é praticada em terrenos dentro dos limites da cidade ou fora deles. Desse modo, persistem, na cidade de Nampula, grupos domiciliares ligados, quase exclusivamente, à vida agrícola ou rural. Consequentemente, a reclassificação dos espaços rurais em urbanos resulta simultaneamente na difusão do modo de vida urbana em espaços rurais e na incorporação de elementos cuja reprodução está vinculada à vida agrária no espaço urbano.

Portanto, a expansão urbana na cidade de Nampula é um processo que fornece elementos para o entendimento de transformações e permanências produzidas por forças e práticas sócio-espaciais homogeneizantes. Ela engloba, pois, dentro de si transformações de modos de vida, lá onde a homogeneização impera e os camponeses não conseguem resistir à ocidentalização ou ela envolve permanências ou persistências, lá onde a capacidade homogeneizante fracassa e o modo de vida da comunidade rural é redefinido – levando ao surgimento de camponeses dentro da cidade.

A reclassificação das áreas rurais na cidade de Nampula é um processo que, ao integrar a economia camponesa no mercado urbano, tende para a dissolução gradual da comunidade camponesa, porquanto, a comunidade rural, dos camponeses, se mantém, se defende, desaparece ou se reconstitui segundo os modos de produção. Ela persiste mais ou menos viva, em ascensão ou dissolução não estranha às vicissitudes da História e das transformações económicas e políticas, mas com vida e histórias próprias. A comunidade dissolve-se onde o intercâmbio de mercadorias, o dinheiro, a economia monetária, o individualismo assim como a propriedade – no sentido do Direito Romano – triunfam, e é substituída pela exterioridade recíproca dos indivíduos e o “livre” contrato de trabalho. Enquanto produção agrícola perde a sua autonomia, e o crescimento económico, a industrialização, estendem as suas consequências aos territórios, regiões, nações e continentes, o agrupamento tradicional próprio à vida dos camponeses transforma-se, absorvido ou recoberto por unidades mais vastas – o urbano. A vida camponesa integra-se na indústria e no consumo dos produtos dessa indústria. Contudo, uma ruralidade cada vez mais forte – que compreende regiões sob dependência de cidades, indústrias, comércio, da



organização urbana total – opõe-se à urbanização que se vai estendendo (Lefebvre 1973b:19 e 27).

Na cidade de Nampula, a inclusão de áreas rurais dentro dos limites da cidade significa também a incorporação de antigas comunidades rurais nas estatísticas da população urbana. As áreas onde residem as antigas comunidades rurais - que antes pertenciam ao distrito de Nampula como um território (o campo) com uma divisão administrativa diferente - passaram a designar-se “bairros” e, portanto, com uma gestão espacial ligada à vida da cidade. É assim que as antigas práticas vinculadas ao direito costumeiro da terra cederam lugar à gestão estatal, porque o Estado, através dos órgãos municipais, passou a intermediar o acesso à terra. Consequentemente, o parcelamento dos terrenos afectou significativamente a antiga proximidade entre o espaço residencial e o espaço produtivo característica do campo e, de forma semelhante, os vínculos comunitários que constituíam a base das antigas formas de acesso à terra. Os camponeses passaram a dispor apenas de um espaço residencial dentro da cidade que, no entanto, continua a ser partilhado com pequenas práticas agrícolas no seu interior, e têm que procurar espaços para produção na periferia, ou seja, fora dos limites da cidade - onde a ruralidade ainda persiste. Constata-se, assim, que com a expansão da urbanidade e a valorização da centralidade, as formas de agricultura que necessitam de mais espaço migram para lugares mais periféricos ou mais baratos.

### **O Estado na produção do espaço**

A reclassificação das áreas rurais em urbanas enquadra-se numa dinâmica de produção espacial homogeneizante que, de um lado, visa não apenas a ampliação da base da acumulação através da incorporação dos camponeses no mercado, mas, de outro lado, culmina com a produção de um espaço estratégico simultaneamente manipulado e manipulador - visando uma gestão controlada e mesmo policiada do espaço em prol da uniformização mimética do modelo de cidade ocidental. Isso ocorre mediado pelo Estado que igualiza a relação desigual centro-periferia dentro da homogeneidade do espaço político ou estratégico.

A reclassificação das áreas rurais na cidade de Nampula cria condições para a ampliação da base da especulação fundiária, pois embora a terra ainda seja constitucionalmente considerada propriedade do Estado, na prática a terra urbana é vendida. A especulação fundiária é engendrada por camponeses - cuja posse é assegurada pelo direito costumeiro da terra - e funcionários subalternos das instituições de cadastro como resultado da crescente burocracia

na tramitação legal do acesso à terra. É assim que o acesso à terra urbana se tornou um processo selectivo porque depende não só da capacidade de satisfazer as exigências burocráticas, mas também da disponibilidade financeira. Por outro lado, a ocupação das parcelas de terra urbana ocorre segundo um plano definido pelo Estado em que são estabelecidas não apenas as afectações do solo, mas também o tipo de construção (material e arquitectura). O resultado é que fracções da população pobre – incluindo os camponeses antes aí residentes – são retiradas das áreas parceladas para espaços periféricos onde as exigências das formas de ocupação do solo urbano são menos eficientes ou inexistentes e o acesso à terra é menos regulado pelo Estado. Por isso, a cidade de Nampula revela um mosaico espacial contendo áreas ou bairros ocupados por fracções de população mais privilegiada, em contraposição com áreas onde a população é pobre. É daí que as descrições convencionais sobre a paisagem urbana em Moçambique, Lopes, Araújo e Hermind (1995) e Araújo (2003), distinguem de forma simplista dentro do espaço urbano, áreas urbanizadas, áreas semi-urbanizadas e áreas não urbanizadas. A partir das formas correntes de acesso à terra pode apreender-se o processo de classificação e separação engendrado pelo espaço estratégico na cidade de Nampula. O processo culmina com a transposição da divisão social, operada pelo poder aquisitivo e pelas relações de propriedade, para o espaço urbano.

O espaço em si não tem poder nem determina as contradições espaciais. Trata-se, pois, de contradições da sociedade que emergem no espaço, ao nível do espaço e, por isso, produzem contradições espaciais. As contradições do espaço tornam operacionais as contradições das relações sociais, isto é, "as contradições espaciais expressam os conflitos entre os interesses [sociais e políticos] e as forças sociais. É somente no espaço onde tais conflitos entram, efectivamente, em jogo, e por isso, tornam-se contradições do espaço" (Lefebvre 1995:365).

O espaço estratégico age expulsando sectores de população (ex: operários e camponeses desfavorecidos) para a periferia e aumentando a valorização dos espaços próximos do centro; cria uma classe hegemónica a partir das classes com alto poder aquisitivo; organiza o centro como *locus* de decisão, riqueza, poder e informação; planifica a produção e os fluxos do ponto de vista espacial. A classificação e hierarquização social no espaço são engendradas pelo poder público ou político ao colocar supostamente (porque o inverso acontece) o espaço público sobre o espaço privado – aquele da nova burguesia nacional emergente ou fracção da classe hegemónica, que detém e entretém a propriedade privada do solo e de outros meios de produção ao mais alto nível. Daí advém um espaço que separa e classifica. A estratégia de classificação

distribui os vários estratos sociais e classes pelo território, mantendo-as separadas. Daí deriva a contradição entre centro e periferia em que o último par define o movimento do primeiro (Lefebvre 1995:375).

A contradição entre centro e periferia está subsumida na contradição entre o global e o subdividido:

[...] o globalismo efectivo implica uma centralidade estabelecida. A concentração de *todas as coisas* que existem no espaço subordina todos os elementos e momentos espaciais ao poder que controla o centro. A compacidade e densidade são *propriedades* dos centros: radiando para os centros, cada intervalo espacial é um vector de constrangimento e um gerador de normas e *valores* (Lefebvre, 1995: 356).

A origem da cidade de Nampula esteve sempre vinculada às necessidades da acumulação de capital. A cidade foi sempre o centro de decisão que administra uma economia fundamentalmente mercantil desde o período colonial: uma acumulação baseada na divisão social e espacial do trabalho - produtores (camponeses no campo) e comerciantes (na cidade). Actualmente, a acumulação tem a sua base ampliada com a expansão do consumo e a transferência dos custos da reprodução da força de trabalho para fora do espaço da produção - para o grupo domiciliar -, um processo que requer a absorção contínua de espaços para o mercado e em função do mercado - espaços homogêneos e isotópicos; enquanto, simultaneamente, ocorre um processo de separação espacial, não apenas funcional, mas como estratégia que favorece as necessidades da acumulação, pois tem por fim dissuadir os conflitos sociais que derivam das desigualdades sociais - o que levaria ao estudo das isotopias e heterotopias.

A intensificação da contradição entre o global - a capacidade para conceber e lidar com o espaço numa larga escala - e o subdividido ou fragmentário (subdivisão do espaço para venda e compra) ocorre no nível estratégico. É no espaço estratégico onde a dispersão e subdivisão é controlada e dominada, de modo a manter a sua unidade dentro da homogeneidade do poder do espaço, por objectivos estratégicos em termos de quantidade e meios empregados e da qualidade dos fins perseguidos: "a base e o fundamento do todo é a dissociação e a separação - inevitáveis por serem produtos da história da acumulação, e - assim mantidas por conservarem isolados os momentos e elementos da prática social" (Lefebvre, 1995: 356-366).

Ora, os conflitos inerentes à produção do espaço urbano emergem a partir da análise do que aparece como homogêneo e coerente à superfície. Como resultado de uma urbanização movida pela necessidade de reprodução do capital, o espaço

urbano é despedaçado em áreas - que coincidem com a localização histórica da acumulação do capital, com o espaço da produção. Por um lado, o espaço do mercado, um espaço controlado pelo Estado, enfim, um espaço produtivo e quantificado; do outro, áreas que constituem um espaço improdutivo porque viradas para as necessidades que não reproduzem capital. De tal modo que a contradição se situa na articulação entre o consumo do espaço que produz mais-valia e o que produz apenas gozo (op. cit.:358-359).

### Considerações finais

A história da penetração europeia em Moçambique, como na África subsahariana em geral, mostra como as cidades constituem um elemento da economia mercantil e industrial introduzido num meio essencialmente agrícola. A articulação das duas economias esteve sempre baseada nas relações de dominação, envolvendo a subsunção formal do modo de vida camponês. Essa articulação criou, conseqüentemente, relações de dependência e de coexistência entre os dois modos de vida. O que é considerado ruralidade na cidade, que caracteriza a área semi-urbanizada e não urbanizada, não é senão uma prática sócio-espacial ou modo de vida camponês subsumido formalmente pela economia urbana. Nesse contexto, as ruralidades são elementos que surgem da articulação contraditória, no processo de urbanização, de características de uma economia mercantil industrial, modo de vida e modelo de cidade europeu com elementos duma economia e modo de vida característico das sociedades africanas. A economia urbana subsumiu esses elementos, as formas de sociabilidade africana, a economia camponesa, em prol das estratégias da acumulação, nomeadamente o uso de mão-de-obra barata e a sua reprodução a partir da economia do grupo domiciliar. Essas estratégias mantêm os grupos domiciliares numa economia monetarizada, mas com baixo poder aquisitivo. Assim que, apesar da *mimesis* que tende a impor-se cada vez mais no quotidiano, a assimilação do modo de vida ocidental, o consumismo e o urbanismo, os grupos domiciliares na cidade não obtêm rendimentos capazes de aumentar o seu poder aquisitivo e com isso alterar a qualidade de vida. Como corolário, o consumo reduz-se à aquisição de pequenas quantidades de produtos da indústria como complemento ao que a primeira natureza pode oferecer. Assim, as ruralidades, descritas como desvio da norma ou como formas primitivas e anteriores às formas ditas urbanas, resultam de políticas que favorecem formas de dominação do tipo colonial e ao alargamento da base da acumulação de riqueza.

A paisagem urbana da cidade de Nampula aparece com diferenças espaciais explicadas, em grande medida, pela diferenciação residencial. As instituições

governamentais jogam um papel activo na formação da diferenciação residencial – uma explicação que difere das tradicionais que procuram vincular a diferenciação residencial nas áreas urbanas com processos sociais ecológicos, preferências dos consumidores, comportamentos de maximização de uso por parte dos indivíduos e outros similares. As considerações de etnicidade, estatuto social e prestígio, aspirações de estilo de vida, solidariedade comunitária e de vizinhança, convencionalmente utilizados para explicar a diferenciação residencial são relevantes. No entanto, elas ironicamente aumentam o potencial para a realização do capital no ambiente construído (na cidade) e ajudam a manter uma estrutura semelhante à de “ilhas”. As instituições financeiras e o governo geram o processo de urbanização para atingir o crescimento económico e a estabilidade económica. Nesse processo são “produzidos” novos modos de consumo e novas necessidades e desejos sociais, mesmo se a população quer ou não. Assim, a urbanização força novos tipos de escolha, independentemente das predilecções espontâneas, através da estruturação e reestruturação das escolhas abertas à população, criando ambientes de decisão distintos. Os indivíduos não podem escolher a estrutura distributiva dos agrupamentos sociais ou a estrutura dos mercados de habitação, pois estas são ditadas por forças externas à soberania do consumidor. “[...] Produzindo novos modos de consumo e novos desejos e necessidades, o processo de urbanização produz concomitantemente novos agrupamentos distributivos ou classes de consumo, que se podem cristalizar em comunidades distintas no seio da estrutura urbana” (Harvey 1985:81).

Assim, a diferenciação residencial significa acesso diferencial aos recursos exigidos no mercado. O grupo domiciliar como lugar da reprodução da força de trabalho, segundo as necessidades da divisão do trabalho existente, providencia um meio social onde se formam sistemas distintos de valores, aspirações e expectativas. A reprodução dos sistemas de valores facilita a reprodução de classes de consumo e de agrupamentos relativos à divisão do trabalho, enquanto funcionam também para restringir as chances de mobilidade social. “A homogeneidade das experiências de vida que esta restrição produz reforça a tendência para agrupamentos sociais relativamente permanentes emergirem dentro de uma estrutura de diferenciação residencial relativamente permanente” (Harvey 1985: 120).

No quotidiano, o domínio do tempo linear sobre o tempo cíclico – o triunfo da concepção mecanicista e newtoniana do tempo sobre as concepções tradicionais, ligadas ao ritmo das estações e à posição dos astros – resulta numa “extraordinária uniformização dos modos de vida e de pensamento, e uma *mimesis* generalizada”. O desejo de copiar, “por necessidades de sobrevivência

porque a conformidade às normas é a lei, e a imitação se propaga sem limites: caricatural nas instituições e em certos comportamentos, sinistra no domínio das técnicas de controle das populações". Nesse processo, permanecem ainda elementos do modo de vida tradicional (ex. ruralidades) que na paisagem urbana aparecem como "casebres de barro batido ou [pessoas seminuas] [...], mas por quanto tempo ainda?" Não sonham elas com "trocar o adobe por blocos de cimento, a palha do telhado por telhas onduladas, o lampião de petróleo pela electricidade, os fetiches por aparelhos electrodomésticos e por sábios?" (Latouche 1994:32 e 33).

### Notas de referência

- 1 Segundo Harvey (1990), o desenvolvimento geográfico pouco uniforme é explicado como contradições espaciais resultantes do desenvolvimento da economia espacial capitalista: o desenvolvimento envolve o derrube das barreiras espaciais e das distinções regionais num processo em que os meios utilizados, para isso, provocam novas diferenciações geográficas que se tornam novas barreiras espaciais por superar. Estas contradições são absorvidas pela organização geográfica do capitalismo dentro da forma valor.
- 2 A subsunção formal ocorre quando com "base num modo de trabalho pré-existente, ou seja, num desenvolvimento *dado* da força produtiva, do trabalho e do modo de trabalho correspondente ao desenvolvimento dessa força produtiva, [...], só se pode produzir mais-valia recorrendo ao *prolongamento do tempo*, quer dizer, sob a forma de mais-valia absoluta. A esta modalidade, como forma única de produzir mais-valia, corresponde, pois, a *subsunção formal do trabalho no capita*". Por conseguinte, a *subsunção real do trabalho no capital* pressupõe a "modificação total da forma do modo de produção (incluindo a tecnologia) com vista a produção da *mais-valia relativa* - caracterizando-se assim, o modo de produção especificamente capitalista". (Marx, K. Capítulo Inédito de *O Capital*, pp. 87-108)
- 3 A chamada burguesia nacional emergente é constituída por indivíduos cujo poder aquisitivo tem a sua origem no acesso à riqueza providenciado pela sua posição no processo produtivo (empresários), pela posição na hierarquia do poder político ou pelas suas afinidades, incluindo laços de parentesco, com indivíduos com cargos governamentais.

# 6

---

## A constituição de etno-espços makonde na cidade de Nampula

### Introdução

A constituição de etno-espços, isto é, áreas habitadas maioritariamente por grupos étnicos específicos, dentro das cidades é uma realidade observável em algumas cidades de Moçambique, da África e do mundo em geral. Embora seja difícil determinar os marcos temporais do surgimento dos etno-espços em Moçambique, eles representam um dos aspectos importantes no estudo das cidades que permitem compreender os diversos contextos da produção do espaço urbano. As razões que explicam o surgimento dos etno-espços nas cidades são várias. A sua morfologia varia ao longo do tempo e, porque é influenciada por diversos factores, o seu entendimento requer uma análise diacrónica e multidisciplinar.

Os estudos existentes sobre as cidades têm privilegiado bastante a dimensão físico-ambiental da cidade, deixando de lado o conjunto das relações sociais que ocorrem no meio urbano, pois a cidade não é apenas um receptáculo geo-físico, mas, pelo contrário, ela é, em grande medida, produtora de conteúdos variáveis em função das mais diversas relações sociais: "a cidade só existe enquanto relação entre diferentes grupos que interagem num dado sistema produtivo construindo sistemas simbólicos". (Amaral 1992).

Os primeiros estudos sobre cidades, partindo de descrições sobre o modo de vida, mostram como a cidade era considerada um elemento independente, ou seja, que surge por si mesmo e com existência em si, capaz de influenciar e transformar em grande medida os vários domínios da vida social. Como tal,

[...] o estabelecimento das cidades implica o surgimento de uma nova cultura, caracterizada por papéis [sociais] altamente fragmentados, predominância

de contactos secundários sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social directo, diversidade e fugacidade dos envoltimentos sociais, afrouxamento nos laços de família e competição individualista. (Wirth 1987).

Em oposição, a existência de fortes laços de parentesco, relações sociais duráveis, grande controle social directo, comunhão ou partilha, etc. seriam aspectos considerados peculiares ao meio rural e que, necessariamente, não existiriam nas cidades, uma vez que esta se encarregaria de os destruir. As características citadas colocam a cidade como um meio completamente fechado e isolado em que se desenvolve um modo de vida completamente oposto ao do meio rural, negando a ocorrência de influências inter-espaciais, donde a constituição de etno-espacos seria um dos resultados.

#### **A etnia como categoria central**

Actualmente, os debates conceptuais sobre “etnia” têm sido carregados de conotações ideológicas que vinculam o conceito às noções de tribalismo e racismo. O conceito de “etnia” foi durante muito tempo usado, na Antropologia, para distinguir as sociedades ditas primitivas (constituídas por etnias e tribos) das ditas civilizadas ou desenvolvidas (formadas por nações). As várias definições de “etnia” enquadram-se em duas perspectivas principais: a essencialista e a construtivista ou construcionista.

Segundo a perspectiva essencialista – aquela que faz apelo a um conjunto de traços ou aspectos tais como crenças, valores, costumes, nome, língua, etc., considerados naturais ou intrínsecos a determinado grupo de indivíduos - o termo “etnia” define “um grupo biológico e culturalmente homogéneo, grupo de homens com os mesmos costumes ou unidos por uma língua materna comum.”<sup>1</sup> Ou ainda, segundo Mercier, a etnia é um conjunto fechado, descendendo de um antepassado comum ou mais, geralmente tendo uma mesma origem, possuindo uma cultura homogénea e falando língua comum, é igualmente uma unidade política (Amselle 1985:4). Desse modo, a etnia é caracterizada por possuir um território comum, uma tradição de descendência comum, língua comum e um nome comum, - elementos que formam a base da união de grupos mais pequenos como aldeias, bandos, distritos, linhagens. (Amselle 1985:5).

Em oposição à perspectiva essencialista, a abordagem construtivista ou construcionista analisa a “etnia” como um processo social, que se constrói a partir de situações históricas, espaciais e contextuais concretas e não como algo



biológico e natural e, por isso, essencialista. A partir desta perspectiva, Weber refere que “os indivíduos de uma etnia alimentam uma crença subjectiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunicação, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objectivamente.” (Weber 1971:416; Amselle 1985:37).

Barth aponta quatro aspectos organizacionais que estariam na base da formação de grupos étnicos: a) uma grande autonomia de reprodução biológica, b) partilha de valores culturais fundamentais que se actualizam em formas culturais possuindo uma unidade patente, c) constituição de um campo de comunicação e de interacção, d) um modo de pertença que o distingue dos outros, constituindo uma categoria distinta de outros do mesmo género. Portanto, a existência ou não de uma língua, costumes, valores, nome comum, etc. não podem ser vistos como sendo determinantes para a categorização da etnia, pois estes são aspectos construídos pelos indivíduos de acordo com situações contextuais concretas e, por isso, manipuláveis pelos indivíduos e de acordo com interesses ou objectivos concretos e específicos de determinado momento.

Contudo, as duas perspectivas são complementares e não mutuamente exclusivas, uma vez que a etnia resulta de um processo de construção social concreto, onde inconscientemente o indivíduo pode apelar à cultura, descendência, passado, língua comum etc., e conscientemente pode aceitar e evocar tais aspectos em determinado contexto, mesmo que eles não existam.

### **A etnia makonde**

Os makondes são um povo Bantu da África Oriental. Em Moçambique eles habitam o planalto de Mueda, na província de Cabo Delgado. Outras fracções deste povo habitam em dois planaltos na Tanzânia. Os makondes dedicavam-se, antes da colonização portuguesa, principalmente à agricultura e escultura e são apreciados, até hoje, pelas suas belas máscaras e esculturas de madeira (pau-preto), as quais reflectem a sua estética e cultura. As preocupações estéticas dos makondes podem ser observadas, também, na arquitectura das aldeias e caminhos de acesso construídos com cuidado estético. As dificuldades de acesso ao planalto de Mueda, ao norte de Moçambique, contribuíram, de certa forma, para o isolamento dos makondes. No entanto, essa localização fortaleceu a sua coesão cultural que, apesar das interferências da dominação portuguesa, resistiu em vários aspectos.

Aliadas às práticas estéticas dos makondes, referem-se os desenhos de tatuagens ou escarificações da pele - no rosto, nos seios, no peito e no baixo ventre -, assim como mutilações dentárias - que consistia em quebrar as pontas dos dentes, conferindo-lhes uma forma pontiaguda - e a perfuração dos lábios - prática mais frequente entre as mulheres - que permitiam e permitem identificações inter e intra-étnicas (Dias, 1964: 72).

Entre os makondes, tal como outros povos, dá-se muita importância aos ritos de iniciação masculina (*likumbi*) e feminina (*mwali*) - rituais cuja importância atribuída fundamenta-se no facto de simbolizar a passagem de rapazes e raparigas para o estatuto de membros adultos da comunidade. O ritual masculino está ligado a uma dança importante onde são usadas máscaras, o Mapico. É uma dança que constitui o centro das festas tradicionais em que são realizadas as cerimónias de iniciação.

A iniciação é um processo que visa essencialmente preparar os rapazes e raparigas para a vida adulta, ou seja, conjugal, para além de os introduzir como membros, de facto, do seu grupo.

Apesar das descrições feitas sobre o povo makonde, deve-se referir que nos últimos anos ocorrem profundas alterações económicas e sociais que induziram profundas transformações na sociedade moçambicana, em geral, e no povo makonde, em particular.

O casamento dentro do grupo makonde, ou seja, entre os seus membros masculinos e femininos é algo bastante valorizado e perseguido dentro desta etnia, sendo um dos valores difundidos nos ritos de iniciação.

A explicação para tal facto está na crença existente entre os makondes de que eles constituem um povo muito trabalhador (tanto homens e mulheres) e capazes de enfrentar com facilidade situações adversas, contrariamente aos restantes povos. Tendo em conta as vicissitudes da vida urbana e a localização num meio que não seja originalmente o seu, isso faz com que tanto os homens e mulheres makondes casem com indivíduos de outras etnias tais como macuas, entre outros.

### **Os etno-espacos makonde na cidade de Nampula**

Depois da Independência de Moçambique, em 1975, as políticas nacionais baseavam-se na ideologia da unidade nacional que preconizava o combate às diversas formas de segregação e exclusão social: tribalismo, racismo, regionalismo, entre outras. Nessa perspectiva, o Estado dinamizava a afectação de funcionários de modo a assegurar a almejada unidade nacional. É a partir daí que muitos funcionários foram enquadrados em regiões ou províncias do país diferentes das suas áreas de origem e, em alguns casos, em grupos sociais (étnicos) diferentes dos de origem.

No quadro das políticas de unidade nacional, vários indivíduos originários da etnia makonde dos diversos sectores sócio-económicos (saúde, educação e, principalmente, da defesa e segurança) foram sistematicamente deslocados e enquadrados nas várias províncias que constituem o país.

Na cidade de Nampula, a presença de indivíduos da etnia makonde torna-se intensa com a afectação de militares originários da província de Cabo Delgado nos sectores de defesa e segurança da província de Nampula. Esta dinâmica, aliada ao facto de a cidade ter a sua origem ligada à função militar, e porque contém um Bairro Militar na sua divisão administrativa, contribuiu significativamente para a fixação dos makondes na cidade de Nampula.

Em 1975 havia cerca de 48 moradias e 4 prédios de 2 andares habitados maioritariamente por indivíduos da etnia makonde<sup>2</sup> no Bairro Militar, na cidade de Nampula. A fixação num território diferente do de origem não impediu que os makondes abandonassem as suas práticas sócio-culturais e formas de reprodução étnica. O que sucede é que as suas manifestações culturais e estéticas vão se operar dentro do espaço novo, alterando temporariamente os usos do espaço. Deste modo, os ritos de iniciação, realizados dentro do espaço urbano, passam a ser um incremento para as actividades festivas da cidade, embora preservando o secretismo de momentos específicos dos rituais. Assim, apesar das interações sociais que ocorrem com outros grupos étnicos, os ritos de iniciação e, conseqüentemente, a dança Mapico asseguram a sua importância social fundamental de integrar os indivíduos na comunidade e, também, de afirmação da identidade étnica.

Actualmente, os makondes – constituídos por militares no activo, antigos militares e novos imigrantes - fixaram-se também em outros bairros da cidade de Nampula (ex. Muahivire, Muhala-expansão, Carrupeia) onde se encontram sujeitos às vicissitudes impostas pela vida urbana, à semelhança de outros grupos étnicos, mas mantendo os hábitos e costumes sócio-culturais que os identificam social e espacialmente.

### **Conclusão**

A constituição de etno-espacos em contexto urbano é um processo complexo e multi-causal, cuja explicação não pode ser simplista, uma vez que vários factores concorrem para o seu aparecimento, dentre eles a necessidade de os indivíduos se afirmarem numa comunidade coesa para, a partir daí, desenvolverem diversas formas de sociabilidade.

O Bairro Militar na cidade de Nampula pode ser considerado um etno-espaço representativo, na medida em que é habitado, na sua maioria, por indivíduos da etnia makonde que, apesar de se encontrarem num meio diferente do originário,

mantêm de alguma forma as suas práticas sócio-culturais identitárias: os ritos de iniciação, aliados à dança Mapico, que permitem identificar o grupo étnico, social e espacialmente, nos diferentes bairros da cidade de Nampula.

### Notas de referência

- 1 Segundo a *Enciclopédia Verbo*, In: <http://enciclopediaverbo.clix.pt/cgi-bin/consulta.cgi>
- 2 Da entrevista com o secretário do Bairro Militar.

### Bibliografia

- Amselle; J-L., 1985, *Ethnies et Espace: pour une Anthropologie Topologique*, Paris: La Découvert.
- Basham; R., 1978, *Urban Anthropology: The Cross-Cultural Study of Complex Societies*, Palo Alto: Mayfield Publishing Company.
- Canclini; N. G., 1997, "Culturas Urbanas de Fin de Siglo: La Mirada Antropológica", In: *Revista Internacional de Ciências Sociais* 153.
- Comando Naval Moçambique, 1969, *Moçambique: Agrupamentos Étnicos. Aspectos do Estudo do Meio Humano*, Lourenço Marques: Empresa Moderna Sarl.
- Dias; J.; Margot, D., 1964, *Os Macondes de Moçambique: Cultura Material*, Vol.2, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar/Centro de Estudos de Antropologia Cultural.
- Mitchell C., *The Concept and Use of Social Network: Social Network in Urban Situations-Analyses of Personal Relationships in Central African Towns*, Manchester: University Press.
- Poutignat, Ph., 1997, *Teorias da Etnicidade Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras*, São Paulo: Fundação Unesp.
- Serra, C., 2003 "Em cima de Uma Lâmina: Um estudo sobre a Precaridade Social em Três cidades de Moçambique", Maputo: Imprensa Universitária.
- [http://aguafortes.com/antropologia/os\\_urbanitas](http://aguafortes.com/antropologia/os_urbanitas)
- <http://enciclopediaverbo.clix.pt/cgi-bin/consulta.cgi>
- <http://br.geocites.com/pembaportoamelia/makonde.htm>

## Bibliografia

- Amaral, I., 2001, "Análise das estruturas e funções urbanas na África Ocidental antes da presença europeia". In: Araújo, R; Cartita e Rossa, W. *Actas do colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1945-1922*, Lisboa: CNCDP (pp. 183-196).
- Araújo, M. G. M., 2003, "Os espaços urbanos em Moçambique" In: GEOUSP, *Espaço e Tempo*, São Paulo, n.º14, (pp. 165-182).
- Araújo, M. G. M., 1997, *Geografia dos Povoamentos: Assentamentos humanos rurais e urbanos*, Maputo: Livraria Universitária.
- Araújo, M. G. M., 1988, "O sistema das aldeias comunais em Moçambique; transformações na organização do espaço residencial e produtivo", Tese Ph.D., Universidade de Lisboa.
- Baia, A. H. M., 2004, "Ruralidades na cidade de Nampula; exercício teórico para uma crítica a Cidade", Diss. Msc., Universidade de São Paulo.
- Beaujeu-Garnier, 1995: *Geografia Urbana*. 2ªed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Becker, C. M. et al, 1994, *Beyond urban bias in Africa: urbanization in an era of structural adjustment*. London, Heinemann.
- Carlos, A. F. A ., 2004, "Uma Leitura sobre a cidade", in *Cidades*, Vol.1, No. 1.
- Castells, M., 1978, *City, class and power*. Macmillan.
- Castells, M., 1977, *La question Urbaine*. Paris, Maspéro.
- Coussy, J. et VALLIN, J., (dir.), 1996, *Crises et Population en Afrique. Crises économiques, politiques d'ajustement et dynamiques démographiques*. Les études du Ceped n.º. 3, Paris: CEPED, 2ª. edição.
- DH/UEM, 1988, *História de Moçambique: primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)*, Vol. 1., 2ª edição, Maputo: TEMPO.
- Dias, S., 1981, *Glossário Toponímico histórico-administrativo e etnográfico de Moçambique*. Lisboa.
- Dubresson, A.,1993, "Production et producteur dans les espaces urbains". In *Afrique Contemporaine: Villes d'Afrique*, n.º168, Outubro-Décembre. (pp 171-186).
- Estivill, J., 2003, *Panorama da luta contra a exclusão social; conceitos e estratégias*, Genebra: OIT.
- Fernando, M. E., 1996, "Gestão Urbana: recolha e tratamento de lixo sólido doméstico nas cidades moçambicanas", Maputo: MICOA. (mimeo)
- Ferreira, J.M. C. et al., 1995, *Sociologia*, Portugal: McGraw-Hill.
- Ferreira, J. S. W., 2000, "Globalização e Urbanização subdesenvolvida; São Paulo em perspectiva", (14)4. in - 29/08/05" [www.scielo.br/pdf/spp/V14n4/9748.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/V14n4/9748.pdf) - 29/08/05.
- Giddens, A., 2000, *Sociologia* 2ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian,.

## Reflexões sobre o Espaço Urbano: a cidade de Nampula

- Gonçalves, A. C., 1988, "Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais" in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia, Série I, Vol. IV, Porto*. (pp. 15-31).
- Harvey, D., 1990, *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Harvey, D., 1985, *The Urbanization of Capital*, Oxford: Basil Blackwell.
- Ibraimo, M. A., 1994, *Crescimento da população urbana e problema da urbanização da cidade de Maputo*. Série População e Desenvolvimento. Doc. 11. Maputo UPP/CNP.
- INM., 1942, *Reforma Administrativa: Aprovada pelo Decreto-Lei n23:229 de 15 de Novembro de 1933*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- ISANI, *Relatório de Inspeção ordinária às circunscrições do distrito de Moçambique, 1936-1937*. Colónia de Moçambique- Província de Moçambique.
- Latouche, S., 1985, *A Ocidentalização do Mundo; ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*, Petrópolis: Vozes.
- Lefebvre, H., 1968, *La Vie Quotidienne dans le Monde Moderne*, Paris: Gallimardi.
- Lefebvre, H., 1973, *A Re-Produção das Relações Sociais de Produção*, Porto: Escorpião.
- Lefebvre, H., 1973b, *De lo Rural a lo Urbano*, Barcelona: Edición 62.
- Lefebvre, H., 1986, *Le Retour de la Dialectique. 12 mots clefs pour le monde moderne*. Paris: Messidor/ Éditions Sociales.
- Lefebvre, H., 1991, *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes.
- Lefebvre, H., 1995, *The production of space*, Oxford: Blackwell.
- Lefebvre, H., 2002, *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte: UFMG.
- Liesegang, G., 2001, "Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental entre os séculos VII e XVIII e o impacto da expansão portuguesa". In: Araújo, R.; Cartita e Rossa, W. *Actas do colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1945-1922*, Lisboa: CNCDP, (pp. 139-155).
- Lopes, L., Araújo, M., Hermind, K., 1995, "Perfil Ambiental da Cidade e do Distrito de Nampula", Maputo: CEP-UEM.
- Matos, E. A. C., 2005, "Serviços urbanos básicos nos bairros da Maxaquene "A" e da Urbanização". Trabalho de Lic. em Geografia, Maputo: FLCS/UEM, (mimeo).
- Muanamoha, R.C., 2002, "Dinâmica do crescimento populacional no período pós-Independência em Maputo". In *Urbanização acelerada em Luanda e Maputo – Impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (década de '80 e '90)*. Cesa: Estudos de Desenvolvimento n° 7, (pp. 11-19).
- Muanamoha, R. C., 1995, "Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique", Diss. Msc., Minas Gerais.
- Newman, D. M., 1997, *Sociology: Exploring the Architecture of Everyday Life*, 2nd edition, USA: Pine Forge Press..
- Obudho, R., 1994: "Population distribution in Africa: Urbanization under weak economic conditions", In *Population, Distribution and Migration*. New York.
- Oliven, R. G., 1985, *A Antropologia de grupos urbanos*, Petrópolis: Vozes.
- Oppenheimer, J. & Raposo, I., 2002, *A pobreza em Maputo*, Coleção cooperação, Lisboa: Departamento de Cooperação/MTS.
- Portes, A., Castells, M., Benton, L., 1989, *The Informal Economy*, Baltimore and London: Johns Hopkins.

## Bibliografia

---

- Pourtier, R., 1992, "L'explosion urbaine". In *Afrique Contemporaine, Villes d'Afrique*, nº164, Octobre-Décembre. (pp. 153-167).
- Roncayolo, M., 1990, *La ville et ses territoires*, Paris: Galimard.
- Roncayolo, M., 1996, *Les Grammaires d'une ville; essais sur la genèse des structures urbaines à Marseille*, Paris: EHESS.
- Santos, M., 1981, *Manual de Geografia Urbana*, São Paulo: HUCITEC.
- Simone, A.; Abouhani, A. (ed.), 2005, *Urban Africa; changing contours of survival in the city*, Dakar: CODESRIA.
- Serra, C., 2005, *Sur le carreau; une étude sur la précarité sociale dans trois villes du Mozambique*, Dakar: Codesria.
- Sopa, A., 2005, "O urbanismo português nos trópicos: o caso da ilha do Ibo" In: Carrilho, Júlio. *Ibo, a casa e o tempo*, Maputo: UEM/FAPF (pp. 152-157).
- Tsandzana, A. F., 1999, "Estudo da expansão horizontal da cidade de Maputo; o caso do Bairro de Laulane", Trabalho de Lic. em Geografia, Maputo: FLCS/UEM (mimeo).
- UNDP/UNCHS, (sd), *Housing and Living Conditions in peri-urban areas of Maputo city*, Republic of Mozambique: MC&WA.

